A CIÊNCIA ECONÔMICA E O MÉTODO AUSTRÍACO

Hans-Hermann Hoppe

A CIÊNCIA ECONÔMICA E O MÉTODO AUSTRÍACO

1ª Edição

MISES BRASIL

Título:
A CIÊNCIA ECONÔMICA E O MÉTODO AUSTRÍACO

Autor:
Hans-Hermann Hoppe

Esta obra foi editada por:
Instituto Ludwig von Mises Brasil
Rua Iguatemi, 448, conj. 405 – Itaim Bibi
São Paulo – SP
Tel: (11) 3704-3782
Impresso no Brasil / Printed in Brazil

ISBN: 978-85-62816-18-5
1ª Edição

Traduzido por Fernando Fiori Chiocca

Projeto Gráfico e Capa:
André Martins

Revisão de Ortografia:
Lucas Mendes

Ficha Catalográfica elaborada pelo bibliotecário
Sandro Brito – CRB8 – 7577
Revisor: Pedro Anizio

H798c Hoppe, Hans-Hermann

A Ciência Econômica e o Método Austríaco / Hans-Hermann Hoppe. – São Paulo : Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

Bibliografia
1. Economia 2. Escola Austríaca 3. Ação Humana
4. Praxeologia 5. Epistemologia I. Título.

CDU – 330:330.82

Sumário

Prefácio

Um dos momentos mais trágicos da história do pensamento foi quando a economia, a rainha de todas as ciências sociais, adotou os métodos associados as ciências naturais: o empirismo e o positivismo. Esta mudança no ímpeto do pensamento econômico ocorreu – não por coincidência – na mesma época em que os intelectuais e os políticos passaram a acreditar na eficácia do planejamento estatal. Apesar de todas as suas falhas, a fé nas duas doutrinas permanece inabalada até os dias de hoje.

Neste trabalho extraordinário, Hans-Hermann Hoppe desenvolve o argumento de Ludwig von Mises de que os métodos associados as ciências naturais não podem ser apropriados pela teoria econômica. Assim, o professor Hoppe defende a existência do conhecimento a priori, a validade da teoria pura, o uso da lógica dedutiva, a implacabilidade da lei econômica, e a ideia de que a ciência econômica não é nada além de um ramo de uma disciplina maior, a praxeologia: a ciência da ação humana.

Se os economistas quiserem se livrar da falsa suposição de que eles podem prever com precisão o futuro e, portanto, que o estado pode planejar a economia melhor do que o mercado, eles terão que rever erros metodológicos fundamentais. Quando isso acontecer, o professor Hoppe, o mais incrível praxeologista em atividade, terá desempenhado um papel indispensável.

Llewellyn H. Rockwell, Jr. *Ludwig von Mises Institute*

Capítulo 1

A Praxeologia e a Ciência Econômica

I

Os austríacos são famosos por possuírem fortes discordâncias com outras escolas de pensamento econômico, como os keynesianos, os monetaristas, os economistas da escolha pública, os historicistas, os institucionalistas e os marxistas.[1] Logicamente, as discordâncias mais evidentes ocorrem nas questões de políticas econômicas e suas propostas. De vez em quando ocorre uma aliança entre os austríacos e, em particular, adéptos da Escola de Chicago e da Escolha Pública. Ludwig von Mises, Murray N. Rothbard, Milton Friedman, e James Buchanan, só para citar alguns nomes, frequentemente estão lado a lado em seus esforços para defender a economia de livre mercado contra seus detratores socialistas.

Não obstante, embora estas uniões ocasionais possam ser importantes tática ou estrategicamente falando, elas não passam de acordos superficiais, pois encobrem algumas diferenças verdadeiramente fundamentais entre a Escola Austríaca, representada por Mises e Rothbard, e todas as outras. A diferença elementar que provoca todas as discordâncias relativas a teoria econômica e as políticas econômicas – discordâncias, por exemplo, quanto aos méritos do padrão ouro VS. moeda fiduciária, sistema bancário livre VS. banco central, as consequências do mercado para o bem-estar VS. ações estatais, capitalismo VS. socialismo, a teoria dos juros e dos ciclos econômicos etc. – estão diretamente ligadas à resposta da primeira pergunta que todo economista deve fazer: Do que trata a ciência econômica, e que tipo de proposições são teoremas econômicos?

A resposta de Mises é que a ciência econômica é a ciência da ação humana. Por si só, isto pode não parecer motivo de controvérsias. Mas então Mises declara a respeito da ciência econômica:

> Suas afirmativas e proposições não derivam da experiência. São, como a lógica e a matemática, aprioristas. Não

[1] Os dois primeiros trabalhos são baseados em duas palestras dadas no Ludwig von Mises Institute "Advanced Instructional Conference on Austrian Economics" no Ludwig von Mises Institute, 21 à 27 de junho, 1987. O terceiro trabalho é uma republicação do *The Economics and Ethics of Private Property* (Kluwer Academic Publishers em 1993), págs. 141-64.

> estão sujeitas a verificação com base na experiência e nos fatos. São tanto lógica como temporalmente anteriores a qualquer compreensão de fatos históricos. São um requisito necessário para qualquer percepção intelectual de eventos históricos.[2]

A fim de ressaltar a condição de ciência pura da ciência econômica, uma ciência que tem mais em comum com uma disciplina como a lógica aplicada do que, por exemplo, com as ciências naturais empíricas, Mises propôs o termo "praxeologia" (a lógica da ação) para o ramo de conhecimento demonstrado pela ciência econômica.[3]

É esta avaliação da ciência econômica como uma ciência a priori, uma ciência cujas proposições podem receber uma rigorosa justificação lógica, que distingue os austríacos, ou mais precisamente, os misesianos, de todas as outras escolas de economia atuais. Todas as outras concebem a ciência econômica como uma ciência empírica, como uma ciência como a física, que desenvolve hipóteses que requerem testes empíricos constantes. E elas consideram dogmática e não científica a ideia de Mises de que os teoremas econômicos – como a lei da utilidade marginal, ou a lei dos rendimentos, ou a teoria da preferência temporal dos juros e a teoria austríaca dos ciclos econômicos – possam ser definitivamente provados, de maneira que pode ser claramente demonstrado que negar suas validades é completamente contraditório.

A visão de Mark Blaug, um dos maiores representantes do pensamento metodológico predominante, ilustra esta oposição praticamente unânime ao Austrianismo. Blaug diz de Mises, "Seus estudos sobre os fundamentos da ciência econômica são tão excêntricos e idiossincráticos que podemos apenas nos perguntar como pode existir alguém que os leve a sério".[4]

Blaug não fornece um único argumento para justificar este insulto. Seu capítulo sobre o Austrianismo simplesmente se encerra com esta declaração. Seria o caso de que Blaug e outros rejeitam o apriorismo de Mises devido ao fato de que os padrões de rigor argumentativo

---

[2] Ludwig von Mises, *Ação Humana*, (Chicago: Henry Regnery, 1966), pág.32

[3] O trabalho metodológico de Mises está contido principalmente em seu *Epistemological Problems of Economics* (New York: New York University Press, 1981); *Theory and History* (Washington, D.C.: Ludwig von Mises Institute, 1985);*The Ultimate Foundation of Economic Science* (Kansas City, Kans.: Sheed Andrews e McMeel, 1978); *Ação Humana*, Parte I.

[4] Mark Blaug, *The Methodology of Economics* (Cambridge: Cambridge University Press, 1980), pág. 93; para uma declaração ofensiva parecida veja Paul Samuelson, *Collected Scientific Papers*, vol. 3 (Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1972, pág. 761.

exigidos, que são uma implicação de uma metodologia a priori, são provas definitivas demais para eles?[5]

O que levou Mises a caracterizar a economia como uma ciência a priori? Se levarmos em conta o panorama atual pode parecer surpreendente vir à saber que Mises não considerava que seu conceito estivesse desalinhado com a visão predominante do começo do século XX. Mises não quis prescrever um comportamento aos economistas oposto àquele que eles já tinham. Ao contrário, ele considerou suas realizações como as de um filósofo da ciência econômica, ao sistematizar, e deixar explícito o que a ciência econômica realmente era, e como ela houvera sido implicitamente concebida por praticamente todos aqueles que se consideravam economistas.

E isto realmente era verdade. Ao dar uma explicação sistemática ao que até então era formalmente apenas implícito e não declarado, Mises introduziu algumas distinções conceituais e terminológicas que antes eram obscuras e desconhecidas, ao menos para o mundo anglófono. Porém, sua posição sobre o status da ciência econômica era em sua essência totalmente compatível com a visão, naquele tempo, ortodoxa sobre o assunto. Eles não empregavam o termo "a priori", mas os economistas da corrente dominante como Jean Baptiste Say, Nassau Senior, e John E. Cairnes, por exemplo, descreviam a ciência econômica de modo muito similar.

Say escreveu: "Um tratado sobre economia política estará . . . confinado a enunciação de uns poucos princípios, que sequer precisam ser sustentados por provas ou ilustrações; pois eles não serão nada além da expressão daquilo que todo mundo conhecerá, organizado de uma forma conveniente para compreendê-los, assim como em seu escopo integral e suas relações". E "a economia política. . . sempre que os princípios que constituem suas bases forem as deduções rigorosas de fatos comuns inegáveis, estará baseada sobre uma fundação imóvel".[6]

---

[5] Outro conhecido crítico da Praxeologia é Terence W. Hutchison, T*he Significance and Basic Postulates of Economic Theory* (London: Macmillan, 1938). Assim como Blaug, Hutchison é partidário da variente popperiana do empirismo que desde então se tornou muito menos otimista em relação as possibilidades de se desenvolver a ciência econômica nos termos empiristas (veja, por exemplo, seu *Knowledge and Ignorance in Economics* [Chicago: University of Chicago Press, 1977; e *The Politics and Philosophy of Economics* [New York: New York University Press 1981]), porém ele ainda não enxerga nenhuma alternativa ao falsificacionismo de Popper. Uma posição e um desenvolvimento um tanto quanto parecidos ao de Hutchison pode ser encontrado em H. Albert (veja seu pioneiro *Marktsoziologie und Entscheidungslogik* (Neuwied: 1967). Para uma crítica da posição empirista, veja Hans-Hermann Hoppe, *Kritik der kausalwissenschaftlichen Sozialforschung. Unterschungen zur Grundlegung von Soziologie und Ökonomie* (Opladen: 1983); "Is Research Based on Causal Scientific Principles Possible in the Social Sciences?" Ratio 25, no. 1 (1983; "In Defense of Extreme Rationalism," [em .PDF] *Review of Austrian Economics* 3 (1988); "On Praxeology and the Praxeological Foundation of Epistemology and Ethics," em Llewellyn H. rockwell, Jr., ed., *The Meaning of Ludwig von Mises* (Auburn, Ala.: Ludwig von Mises Institute, 1989).

[6] Jean-Baptiste Say, *Treatise on Political Economy* (New York: Augustus Kelley, [1880] 1964, pág. xx, xxvi.

De acordo com Nassau Senior, "as premissas [econômicas] consistem de algumas proposições gerais, do resultado de observações, ou da consciência, e dificilmente requerem provas, ou mesmo uma declaração formal, as quais quase todo homem, tão logo ele as escute, reconhece como familiares a seus pensamentos, ou pelo menos como já presentes em seu conhecimento anterior; e suas deduções são praticamente gerais, e, se ele raciocinou direito, tão certas quanto suas premissas". E os economistas deveriam estar "cientes que a ciência depende mais da razão do que da observação, e que sua principal dificuldade não é a averiguação de seus fatos, e sim o uso de seus termos".[7]

E John E. Cairnes observa que enquanto "a raça humana não possui nenhum conhecimento direto dos princípios físicos definitivos"... "os economistas já começam com um conhecimento das causas definitivas"... "Deste modo, no começo de sua pesquisa, pode ser considerado que o economista já conhece aqueles princípios definitivos que regem os fenômenos que constituem o assunto de seu estudo, a descoberta que é a tarefa mais árdua para o inquiridor das investigações físicas". "O ato de presumir [na economia] claramente seria algo sem propósito, visto que possuímos em nossa consciência e no testemunho de nossos sentidos ... prova clara e direta daquilo que queremos saber. Consequentemente, em Economia Política as hipóteses nunca são usadas como uma ajuda para se chegar a descoberta de causas e leis definitivas."[8]

As opiniões de Menger, Böhm-Bawerk e Wieser, predecessores de Mises, eram iguais: Eles também definiam a ciência econômica como uma disciplina em que as proposições – em contraste com as das ciências naturais – podem receber alguma justificação definitiva. No entanto, eles novamente fazem isto sem empregar a mesma terminologia usada por Mises.[9]

E finalmente, a caracterização epistemológica da ciência econômica feita por Mises também foi considerada bastante ortodoxa – e com

---

[7] Nassau Senior, *An Outline of the Science of Political Economy* (New York: Augustus Kelley, [1836] 1965), págs. 2-3,5.

[8] John E. Cairnes, The Character and Logical Method of Political Economy (New York: Augustus Kelley, 1965), págs. 83,87,89-90,95-96.

[9] Veja Carl Menger, *Untersuchungen über die Methoden der Sozialwissenschaften* (Leipzig: 1883); idem, *Die Irrt?mer des Historismus in der Deutschen National Ökonomie* (Wien: 1884); Eugen von Böhm-Bawerk, *Schriften*, F.X. Weiss, ed. (Vienna: 1924); Friedrich von Wieser, *Theorie der gesellschaftlichen Wirtschaft* (T?bingen: 1914); idem, *Gesammelte Abhandlungen* (Tübingen: 1929). Para a avaliação de Mises de seus predecessores, veja seu *Epistemological Problems of Economics*, págs. 17-22. O termo "a priori" relativo a teoremas econômicos também é usado por Frank H. Knight; no entanto, seus trabalhos metodológicos carecem de rigor sistemático. Veja seu "What Is Truth in Economics," em Knight, *On the History and Method of Economics* (Chicago: University of Chicago Press, 1956); e seu "The Limitations of Scientific Method in Economics," em Knight, *The Ethics of Competition* (Chicago: University of Chicago Press, 1935).

certeza nada exclusiva, como Blaug a teria considerado – após ter sido explicitamente formulada por Mises. O livro de Lionel Robbins *The Nature and Significance of Economic Science*, que foi lançado em 1932, nada mais é do que uma versão de certa forma suavizada da descrição que Mises faz da ciência econômica como praxeologia. Não obstante ele foi respeitado pelos economistas profissionais como a estrela guia metodológica por quase vinte anos.

Na verdade, Robbins, em seu prefácio, explicitamente destaca Mises como a mais importante fonte de sua própria posição metodológica. E Mises e Richard von Strigl – cuja posição é essencialmente indistinguível da de Mises[10] – são citados positivamente no texto mais do que quaisquer outros.[11]

No entanto, por mais esclarecedor que isso possa ser para uma avaliação da situação atual, isto é apenas história. Então qual é o argumento lógico que os economistas clássicos têm para considerar sua ciência diferente das ciências naturais? E o que está por trás da explícita reconstrução de Mises desta diferença entre uma ciência a priori e uma ciência a posteriori? Foi o reconhecimento que o processo de validação – o processo de descobrir se algumas proposições são verdadeiras ou não – difere de um campo de pesquisa para outro.

Vamos primeiro analisar rapidamente as ciências naturais. Como sabemos quais serão as consequências de sujeitar algum material em seu estado natural a testes específicos, digamos, se o misturarmos com outro tipo de material? Obviamente não sabemos antes de realmente tentar e observar o que acontece. Podemos fazer uma previsão, logicamente, porém nossas previsões são apenas hipotéticas, e observações são necessárias para descobrir se estamos certos ou errados.

Além disso, mesmo se observamos algum resultado nítido, digamos, que misturar os dois materiais leva a uma explosão, podemos ter certeza que este resultado irá ocorrer invariavelmente sempre que misturarmos estes materiais? Novamente, a resposta é não. Nossas previsões ainda serão, e para sempre continuarão sendo, hipotéticas.

---

[10] Richard von Strigl, *Die ökonomischen Kategorien und die Organisation der Wirtschaft* (Janeiro: 1923).

[11] Pode ser que valha a pena mencionar que a posição metodológica de Robbins, que é muito parecida com a de Friedrich A. Hayek, vai ficando cada vez menos misesiana ao longo do tempo devido principalmente a influência de Karl R. Popper, seu colega da London School of Economics. Com relação a isso veja Lionel Robbins, *An Autobiography of an Economist* (London: Macmillan, 1976); O desacordo de Hayek com a concepção de praxeologia de Mises foi reafirmada mais recentemente em seu "Einleitung" ao *Erinnerungen* de Ludwig von Mises (Stuttgart: 1978). O veredito do próprio Mises completamente contrário a Popper pode ser encontrado em seu *The Ultimate Foundation of Economic Science*, pág. 70. Em apoio a este veredito veja também Hans H. Hoppe *Kritik der kausalwissenschaftlichen Sozialforschung* (Opladen: Westdeutscher Verlag, 1983), págs. 48-49

É possível que uma explosão só ocorra se outras determinadas condições – "A", "B" e "C" – são encontradas. Só podemos descobrir se este é ou não o caso e quais são estas outras condições se engajando em um eterno processo de tentativa e erro. Isto nos possibilita aumentar progressivamente nosso conhecimento sobre o campo de aplicação para nossa previsão hipotética original.

Voltemos-nos agora para algumas típicas proposições econômicas. Considere o processo de validação de uma proposição como esta: Sempre que duas pessoas "A" e "B" se envolvem em uma troca voluntária, ambas devem esperar se beneficiar através dela. E elas devem ter ordens de preferência inversas para os bens e serviços trocados de modo que "A" valorize aquilo que ele recebe de "B" mais do que aquilo ele dá para ele, e "B" deve avaliar as mesmas coisas do modo contrário.

Ou considere esta: Sempre que uma troca não é voluntária e ocorre através da coerção, uma parte se beneficia as custas da outra.

Ou a lei da utilidade marginal: Sempre que a oferta de um bem aumenta em uma unidade, contanto que cada unidade seja considerada idêntica em utilidade por uma pessoa, o valor agregado a esta unidade deve diminuir. Pois esta unidade adicional só pode ser empregada como um meio para alcançar um objetivo que é considerado de menor valor do que o objetivo menos valorizado alcançado por uma unidade deste bem se a oferta fosse reduzida em uma unidade.

Ou pegue a lei da associação ricardiana: Entre dois produtores, se "A" é mais eficiente do que "B" na produção de dois tipos de bens, eles ainda podem participar de uma divisão de trabalho mutuamente benéfica. Isto porque a produtividade física geral é maior se "A" se especializa na produção de um bem que ele possa produzir mais eficientemente, ao invés de "A" e "B" produzirem ambos os bens autônoma e separadamente.

Ou outro exemplo: Sempre que leis de salário mínimo são impostas obrigando os salários a serem maiores do que os salários existentes no mercado, desemprego involuntário será o resultado.

Ou um último exemplo: Sempre que a quantidade de moeda é aumentada enquanto a demanda por moeda para ser mantida em encaixe não é alterada, o poder de compra da moeda irá diminuir.

Considerando estas proposições, o processo de validação para estabelecê-las como verdadeiras ou falsas é do mesmo tipo que o para estabelecer uma proposição nas ciências naturais? Estas proposições são hipotéticas da mesma maneira que uma proposição referente aos efeitos obtidos através da mistura de dois tipos de materiais naturais? Temos que testar

continuamente estas proposições econômicas diante observações? E isto requer um processo eterno de tentativa e erro para descobrir o campo de aplicação destas proposições e para aumentar nosso conhecimento gradualmente, assim como vimos ser o caso nas ciências naturais?

É totalmente evidente – exceto para a maioria dos economistas dos últimos quarenta anos – que a resposta a estas questões é um claro e sonoro Não. Que "A" e "B" devem esperar lucrar e devem ter ordens de preferência opostas resultam de nosso entendimento do que uma troca é. E é a mesma coisa para o caso relativo às consequências de uma troca coercitiva. É inconcebível que as coisas possam algum dia ser diferentes: Era assim a um milhão de anos atrás e será assim daqui a um milhão de anos. E a extensão da aplicação destas proposições também é definitivamente clara: Elas são verdadeiras sempre que algo é uma troca voluntária ou uma troca coercitiva, e isso é tudo.

E nada muda com relação aos outros exemplos dados. Que a utilidade marginal de unidades adicionais da oferta de bens homogêneos deve decrescer resulta da declaração incontestável de que toda pessoa que age sempre prefere o que a satisfaz mais do que o que a satisfaz menos. É simplesmente um absurdo dizer que são necessários testes contínuos para confirmar uma proposição destas.

A lei da associação ricardiana, juntamente com um delineamento definitivo de sua área de aplicação, também resulta logicamente da própria existência da situação descrita. Se "A" e "B" se diferem conforme descrito e consequentemente existe um índice de substituição tecnológica para os bens produzidos (um índice para "A" e um para "B"), então, se eles participam de uma divisão de trabalho conforme caracterizado na lei, a quantidade física produzida tem de ser maior do que ela seria de outra forma. Qualquer outra conclusão contém erros de lógica.

O mesmo vale para as consequências das leis de salário mínimo ou de um aumento da quantidade de moeda. Um aumento do desemprego e uma diminuição do poder de compra da moeda são consequências que estão logicamente implícitas na própria descrição das condições iniciais conforme declaradas nas proposições disponíveis. Na verdade, é um absurdo considerar que estas previsões sejam hipotéticas e que elas não podem ser confirmadas independentemente de observações, i.e., a não ser que se teste na prática leis de salário mínimo ou se imprima mais papel moeda e se observe o que acontece.

Usando uma analogia, seria como se alguém quisesse comprovar o teorema de Pitágoras fazendo realmente a medição dos lados e dos

ângulos de triângulos Assim como qualquer pessoa iria dizer a respeito deste tipo de atitude, não devemos dizer que considerar que as proposições econômicas teriam que ser testadas empiricamente é um sinal claro de confusão intelectual?

Mas muito além de apenas chamar a atenção para esta diferença extremamente óbvia entre a ciência econômica e as ciências empíricas, Mises ensina a natureza desta diferença e explica como e por que é possível existir uma disciplina única como a economia, que explica coisas a respeito da realidade sem necessitar de observações. É esta a realização de Mises que jamais pode ser sobre-estimada.

Para entender melhor sua explicação, devemos fazer uma excursão no campo da filosofia, ou, mais precisamente, no campo da filosofia do conhecimento ou epistemologia. Em particular, devemos examinar a epistemologia de Immanuel Kant conforme mais completamente desenvolvida em seu *Crítica da Razão Pura*. A ideia da praxeologia de Mises foi claramente influenciada por Kant. Mas isto não quer dizer que Mises seja pura e simplesmente um kantiano. Na verdade, como mostrarei mais adiante, Mises leva a epistemologia kantiana para muito além de onde o próprio Kant a havia deixado. Mises aperfeiçoa a filosofia kantiana de uma maneira que até hoje tem sido completamente ignorada e rejeitada pelos filósofos ortodoxos kantianos. Apesar de tudo, é de Kant que Mises tira suas distinções conceituais e terminológicas centrais, bem como alguns insights kantianos fundamentais relativos à natureza do conhecimento humano. Deste modo, é importante analisarmos Kant.

No decorrer da crítica de Kant ao empirismo clássico, em particular ao de David Hume, ele desenvolveu a ideia de que todas as nossas proposições podem ser classificadas de duas maneiras: Por um lado elas são analíticas ou sintéticas, e por outro elas são a priori ou a posteriori. Estas distinções significam, em suma, o seguinte: As proposições são analíticas sempre que os meios da lógica formal são suficientes para descobrir se elas são verdadeiras ou não; caso contrário, as proposições são sintéticas. E as proposições são a posteriori sempre que observações são necessárias para estabelecer se são verdadeiras, ou ao menos para validá-las. Se observações não são necessárias, então as proposições são a priori.

O que caracteriza a filosofia kantiana é a reivindicação de que proposições sintéticas a priori existem – e é porque Mises concorda com esta ideia que ele pode ser chamado de kantiano. As proposições sintéticas a priori são aquelas cujo valor veritativo pode ser definitivamente estabelecido, mesmo que para isso os meios da lógica formal

não sejam suficientes (embora, logicamente, não deixem de ser necessários) e as observações sejam desnecessárias.

De acordo com Kant, a matemática e a geometria fornecem exemplos de proposições sintéticas a priori verdadeiras. Porém ele também considera que uma proposição como o princípio geral da causalidade – i.e., a declaração de que existem causas eficientes intemporais, e todo evento está integrado a uma estrutura formada por estas causas – seja uma proposição sintética a priori verdadeira.

Não tenho espaço aqui para explicar mais detalhadamente como Kant justifica esta visão.[12] Mas algumas considerações deverão ser suficientes. Primeiro, como a verdade destas proposições é obtida, se a lógica formal não é suficiente e observações são desnecessárias? Kant responde que a verdade é deduzida a partir de axiomas materiais autoevidentes.

O que faz com que estes axiomas sejam autoevidentes? Kant responde que não é porque eles são evidentes em um sentido psicológico, neste caso estaríamos automaticamente cientes de suas existências e condições. Pelo contrário, frisa Kant, é normalmente muito mais trabalhoso descobrir estes axiomas do que descobrir alguma verdade empírica como, por exemplo, a de que as folhas das árvores são verdes. Eles são autoevidentes porque ninguém pode negar suas validades sem se autocontradizer; isto é, na tentativa de negá-los, alguém estaria na realidade admitindo sua validade.

Como esses axiomas são encontrados? Kant responde que é através de reflexões sobre nós mesmos, através do entendimento de que somos seres inteligentes. E este fato – de que a verdade de proposições sintéticas a priori origina-se da experiência interna produzida através de reflexões – também explica porque é possível que estas proposições possuam o status de serem necessariamente entendidas como verdades. As experiências derivadas de observações só podem revelar coisas da maneira que elas são; não há nada nelas que indique porque as coisas devem ser da maneira que são. No entanto, em contrapartida, diz Kant, nossa razão pode entender que estas coisas são necessariamente do jeito que são, "aquilo que produz segundo os seus próprios planos".[13]

[12] Uma interpretação e justificação brilhante da epistemologia apriorística de Kant pode ser encontrada em F. Kambartel, *Erfahrung und Struktur. Bausteine zu einer Kritik des Empirismus und Formalismus* (Frankfurt/M.: 1968, esp. capítulo 3; veja também Hans-Hermann Hoppe, *Handeln und Erkennen* (Berna: 1976).

[13] Immanuel Kant, *Kritik der reinen Vernunft*, em Kant, *Werke*, vol. 2, W. Weischedel, ed. (Wiesbaden: 1956), pág. 23.

Mises segue Kant em todos estes passos. Porém, como mencionei anteriormente, Mises acrescenta mais um insight extremamente importante que Kant abordou apenas superficialmente. Tem-se insinuado que o kantianismo é uma filosofia que contém certo tipo de idealismo implícito. Pois, como Kant diz, se proposições sintéticas a priori verdadeiras são proposições sobre como nossas mentes funcionam e como devem necessariamente funcionar, como é possível explicar que tais categorias mentais se conformam com a realidade? Como é possível explicar que, por exemplo, a realidade se conforma com o princípio da causalidade se este princípio deve ser entendido como um princípio ao qual a operação de nossa mente deve se conformar? Não teríamos que assumir a absurda suposição idealística de que isso só é possível porque, na verdade, a realidade foi criada pela mente? Antes que eu seja mal interpretado, eu não considero que este tipo de acusação contra o kantianismo tenha fundamento.[14] Entretanto, em partes de suas formulações, não há dúvidas de que Kant dá margem a estas acusações.

Considere por exemplo esta declaração programática dele: "Até então foi assumido que nosso conhecimento deveria se conformar com a realidade observável"; ao invés disso deveria ser assumido "que a realidade observável se conforma com nosso conhecimento".[15]

Mises fornece a solução para este dilema. É verdade, como Kant diz, que proposições sintéticas a priori verdadeiras são baseadas em axiomas autoevidentes e que estes axiomas devem ser compreendidos através da reflexão sobre nós mesmos ao invés de serem "observáveis" em qualquer sentido. Todavia, devemos ir mais além. Temos que reconhecer que estas verdades necessárias não são simplesmente categorias de nossa mente, mas também levar em conta o fato de que nossa mente está incorporada em pessoas que agem Deve-se compreender que nossas categorias mentais são baseadas fundamentalmente nas categorias de ação. E tão logo se reconheça isso, imediatamente todas as sugestões idealísticas desaparecem. Em seu lugar, uma epistemologia que reivindica a existência de proposições sintéticas a priori verdadeiras se torna uma epistemologia realística. Desde que

[14] Em particular veja o trabalho de F. Kambartel citado na nota 12; também é instrutiva a interpretação de Kant feita pelo biologista etólogo D. Lorenz, *Vom Weltbild des Verhaltensforschers* (Munich: 1964); idem, *Die R?ckseite des Spiegels, Versuch einer Naturgeschite menschlichen Erkennens* (Munich: 1973). Entre alguns seguidores do Austrianismo, a interpretação de Kant de Ayn Rand (veja, por exemplo, seu *Introduction to Objectivist Epistemology* (New York: New American Library, 1979); ou *For the New Intellectual* (New York: Random House, 1961) goza de imensa popularidade. Sua interpretação, repleta de pronunciamentos radicalmente condenatórios é no entanto caracterizada pela total ausência de qualquer documentação interpretativa. Veja, sobre a ignorância arrogante de Rand em relação a Kant, B. Goldberg, "Ayn Rand's 'For the New Intellectual'," *New Individualist Review* 1, no. 3 (1961).

[15] [Acidentalmente não incluída nesta edição]

ela seja entendida como baseada fundamentalmente nas categorias de ação, está superado o abismo entre o mundo mental e o mundo, físico, externo, real. Como categorias de ação, elas devem ser coisas mentais tanto quanto elas são características da realidade. Pois é através de ações que a mente e a realidade entram em contato.

Kant deixou pistas para a solução deste problema. Ele considerou que a matemática, por exemplo, deveria se basear em nosso conhecimento do significado de repetição, de operações repetitivas. E ele também compreendeu, ainda que apenas vagamente, que o princípio da causalidade está implícito em nosso entendimento do que é e do que significa agir. [16]

No entanto, é Mises quem traz à tona este insight: A causalidade, ele reconhece, é uma categoria de ação. Agir significa interferir em algum momento anterior a fim de produzir algum resultado posterior, e, portanto, todo agente deve pressupor a existência de causas constantemente eficientes. Como diz Mises, a causalidade é um pré-requisito para se agir.

Mas diferentemente de Kant, Mises não tem um interesse específico na epistemologia. Com seu reconhecimento de que a ação é o elo de ligação entre a mente e a realidade exterior, ele encontrou a solução do problema Kantiano de como é possível a existência de proposições sintéticas a priori verdadeiras. E ele ofereceu alguns insights extremamente valiosos relativos às fundamentações definitivas de outras proposições epistemológicas centrais, como identificar a lei da contradição como o pilar essencial da lógica. E deste modo ele abriu um caminho para investigações filosóficas futuras que, pelo que me consta, permanece praticamente inexplorado. No entanto, a matéria de estudo de Mises é a ciência econômica, logo terei que finalizar a tarefa de explicar mais detalhadamente o princípio de causalidade entendido como uma proposição verdadeira a priori[17].

Além de reconhecer que a epistemologia está baseada indiretamente em nosso conhecimento refletivo da ação e pode, portanto

---

[16] Para interpretações kantianas da matemática veja H. Dingler, P*hilosophie der Logik und Mathematik* (Munich: 1931); Paul Lorenzen, *Einführungin die operative Logik und Mathematik* (Frankfurt/M.: 1970); Ludwig Wittgenstein, *Remarks on the Foundations of Mathematics* (Cambridge, Mass.: M.I.T. Press, 1978); também Kambartel, *Erfahrung und Struktur*, págs. 118-22; para uma interpretação rara e cuidadosa do kantianismo do ponto de vista da física moderna, veja P. Mittelstaedt, *Philosophische Probleme der modernen Physik* (Nannheim: 1967).

[17] Para algumas considerações mais profundas sobre estas questões, veja Hoppe "In Defense of Extreme Rationalism," *Review of Austrian Economics* 3 (1988).

reivindicar estar dizendo algo verdadeiro a priori sobre a realidade, Mises reconhece que a ciência econômica também faz isso e o faz de uma forma muito mais direta. As proposições econômicas originam-se diretamente de nosso conhecimento de ação refletivamente obtido; e a condição destas proposições de declarações verdadeiras a priori relativas a alguma coisa real deriva-se de nosso entendimento daquilo que Mises chamou de "o axioma da ação".

Este axioma, a proposição de que os humanos agem, cumpre precisamente as exigências para ser considerada uma proposição sintética a priori. Não é possível negar que esta proposição seja verdadeira, uma vez que a negação teria que ser categorizada como uma ação – e, portanto é literalmente impossível revogar a validade da declaração. E o axioma também não é derivado da observação – existem apenas movimentos corpóreos a serem observados, e nenhuma "ação" – mas origina-se de nosso entendimento refletivo.

Além disso, mesmo sendo algo que tem que ser entendido ao invés de observado, ainda se trata de um conhecimento sobre a realidade. Isto porque as distinções conceituais presentes neste entendimento não são nada menos que as categorias utilizadas nas interações mentais com o mundo físico por meio de seu próprio corpo físico. E certamente, sob todos os aspectos, o axioma da ação não é autoevidente em um sentido psicológico, embora uma vez que ele tenha sido explicitado, ele pode ser entendido como uma proposição inegavelmente verdadeira relativa a alguma coisa real e existente. [18]

Com certeza não é psicologicamente evidente e nem é observável que um agente busca alcançar um objetivo com toda ação; e que qualquer que seja este objetivo, o fato de que ele é perseguido por um agente revela que ele valoriza relativamente mais este objetivo do que qualquer outro objetivo de ação que ele possa conceber quando começa a agir.

Não é evidente e nem observável que a fim de alcançar seu objetivo mais valorizado, uma ação deve interferir ou decidir deixar de interferir (o que, logicamente, também é uma interferência) em um momento anterior para produzir algum resultado posterior; nem que estas interferências implicam invariavelmente no uso de algum meio escasso (pelo menos, o corpo dos agentes, o local em que eles estão e o tempo consumido pela interferência).

Não é autoevidente e nem pode ser observado que estes meios também devem possuir valor para um agente – um valor derivado

[18] Em relação a isto e ao que se segue veja Mises, *Ação Humana*, capítulos IV, V.

do valor do objetivo – porque o agente deve considerar que o uso deles é necessário para atingir efetivamente o objetivo; e que as ações só podem ser executadas sequencialmente, sempre envolvendo uma escolha, i.e., colocar em curso uma ação com o qual se espera alcançar em algum momento o resultado mais valorizado pelo agente e simultaneamente renunciar a busca de outros objetivos menos valorizados.

Não é automaticamente claro ou observável que como uma consequência da necessidade de escolher e dar preferência a um objetivo no lugar de outro, – de não ser capaz de realizar todos os objetivos ao mesmo tempo – toda e qualquer ação implica em custos. Por exemplo, abrir mão do valor agregado ao objetivo alternativo mais valorizado que não pode ser realizado ou cuja realização deve ser preterida porque os meios necessários para efetivá-la estão comprometidos na produção de outro objetivo ainda mais valorizado.

E finalmente, não é claramente evidente ou observável que, no momento em que se inicia, toda ação deve ter um objetivo considerado mais valioso para o agente do que seu custo e deve ser capaz de proporcionar um lucro, i.e., um resultado com valor maior do que o das oportunidades renunciadas. E mesmo assim, toda ação ainda é invariavelmente ameaçada pela possibilidade de um prejuízo, se, retrospectivamente, um agente descobre que na verdade o resultado alcançado – ao contrário do que se esperava previamente – possui um valor menor do que a alternativa abdicada teria.

Todas estas categorias – valores, fins, meios, escolha, preferência, custo, lucro e prejuízo, bem como o tempo e a causalidade – estão implícitas no axioma da ação. No entanto, para poder interpretar as observações nestas categorias é preciso que o significado de ação já seja conhecido. Alguém que não seja dotado da capacidade de agir jamais seria capaz de entendê-las. Elas não são "dadas", prontas para serem observadas, mas a experiência que pode ser observada é computada nestes termos da maneira que é interpretada por um agente. E suas reconstituições refletivas também não são uma simples tarefa intelectual psicologicamente autoevidente, conforme comprovado por uma longa sequência de malogradas tentativas de esquematizar os insights sobre a natureza da ação descritos acima.

Foi necessário um árduo esforço intelectual para reconhecer explicitamente aquilo que, uma vez que foi explicitado, todos reconhecem imediatamente como verdadeiro e podem entender como declarações sintéticas a priori verdadeiras, i.e., proposições que podem ser validadas independentemente de observações e conse-

quentemente não podem ser refutadas por nenhuma observação que possa vir a ser feita.

A tentativa de refutar o axioma da ação seria ela mesma uma ação que visa um objetivo, que requer meios, que exclui outros cursos de ação, que incorre em custos, que sujeita o agente a possibilidade de alcançar ou não alcançar o objetivo desejado e assim conduzindo a um lucro ou a um prejuízo.

E o simples fato de possuir este conhecimento jamais pode ser contestado, e a validade destes conceitos jamais pode ser refutada por nenhuma experiência contingente, pois contestar ou refutar alguma coisa já iria pressupor suas próprias existências. Na verdade, uma situação em que estas categorias da ação deixassem de ter uma existência real nunca poderia ser observada, pois fazer uma observação também é uma ação.

O grande insight de Mises foi o de perceber que o raciocínio econômico está fundamentado exatamente neste entendimento de ação; e que a condição da ciência econômica ser um tipo de lógica aplicada deriva-se da condição do axioma da ação ser uma proposição sintética a priori verdadeira. As leis da troca, a lei da utilidade marginal, a lei da associação ricardiana, a lei dos controles de preços, e a teoria quantitativa da moeda – todos exemplos de proposições econômicas que mencionei – podem ser derivadas logicamente a partir deste axioma. E é isto o que torna totalmente ridículo considerar que estas proposições possuem a mesma condição epistemológica que as das ciências naturais. Considerá-las como tais e, consequentemente supor que necessitam ser testadas para serem validadas, é como supor que temos que nos envolver em algum processo de averiguação sem saber o possível resultado a fim de estabelecer o fato de que alguém é realmente um agente. Resumindo, isto é simplesmente um absurdo.

A praxeologia diz que todas as proposições econômicas que reivindicam ser verdadeiras devem ser demonstravelmente dedutíveis através da lógica formal do conhecimento material incontestavelmente verdadeiro relativo ao significado de ação. Especificamente, todo raciocínio econômico consiste em:

(1) um entendimento das categorias da ação e do significado de uma mudança que ocorre em coisas como valores, preferências, conhecimento, meios, custos etc.;

(2) uma descrição de um mundo no qual as categorias da ação assumem um significado concreto, onde pessoas

específicas são identificadas como agentes com objetos definidos especificados como seus meios de ação, com alguns objetivos específicos identificados como valores e coisas definidas especificadas como custos. Esta pode ser a descrição do mundo de Robinson Crusoé, ou de um mundo com mais de um agente onde ocorram relações interpessoais; de um mundo de escambos ou um onde exista o uso de moeda como um meio de trocas comum; de um mundo que tenha apenas terra, trabalho e tempo como fatores de produção, ou um mundo com bens de capital; de um mundo com fatores de produção perfeitamente divisíveis ou indivisíveis, específicos ou não específicos; ou de um mundo com instituições sociais variadas, que considera como agressão diversas ações e as ameacem com punição física etc.; e

(3) uma dedução lógica das consequências que se seguem à execução de alguma ação específica neste mundo, ou das consequências que resultam para um agente específico se esta situação é modificada de uma maneira específica.

Contanto que o processo de dedução não contenha nenhum erro, as conclusões que este tipo de raciocínio propiciam devem ser válidas a priori, porque suas validades poderiam remeter em última análise a nada menos que o incontestável axioma da ação. Se a situação e as mudanças introduzidas nela são fictícias ou hipotéticas (o mundo de Robinson Crusoé, ou um mundo que tenha apenas fatores de produção indivisíveis ou completamente específicos), então, logicamente, as conclusões são verdadeiras a priori somente para estes "possíveis mundos". Se, por outro lado, a situação e as mudanças podem ser identificadas como reais, podem ser percebidas e conceituadas como reais por agentes reais, então as conclusões são proposições verdadeiras a priori sobre o mundo como ele realmente é. [19]

Esta é a ideia da ciência econômica enquanto praxeologia. E é esta então a diferença fundamental entre os austríacos e seus colegas: Seus pronunciamentos não podem ser deduzidos a partir do axioma da ação ou podem até estar em clara contradição com as proposições que podem ser deduzidas a partir do axioma da ação.

E mesmo que haja uma concordância quanto a identificação dos fatos e a avaliação de certos eventos e suas inter-relações de causas e

[19] Veja também Hoppe, *Kritik der kausalwissenschaftlichen Sozialforschung*, capítulo 4.

consequências, esta concordância é superficial. Pois estes economistas falsamente acreditam que suas declarações sejam proposições empiricamente comprovadas quando, na verdade, elas são proposições que são verdadeiras a priori.

Capítulo 2

A Praxeologia e a Ciência Econômica II

As escolas de pensamento que não adotam o método praxeológico erroneamente acreditam que as relações entre certos eventos são leis empíricas perfeitamente estabelecidas, quando na verdade elas são leis praxeológicas necessárias e lógicas. E por isso essas escolas agem como se a declaração "uma bola não pode ser completamente vermelha e não ser vermelha ao mesmo tempo" precisasse ser testada na Europa, na América, na África, na Ásia e na Oceania (o que obviamente exige altas verbas para arcar com os custos deste tipo absurdo de pesquisa). Além disso, aqueles que não são praxeologistas também creem que as relações entre certos eventos são leis empíricas perfeitamente estabelecidas (que podem ser previstas) ao passo que a argumentação a priori pode demonstrar que elas não são nada mais do que informações relativas à ligações históricas casuais entre eventos, o que não nos fornece nenhum conhecimento relativo ao curso de eventos futuros.

Isto revela outra confusão fundamental que todas as escolas, com exceção da austríaca, fazem: uma confusão em relação à diferença categórica entre a teoria e a história, e a implicação que esta diferenciação possui em relação ao problema de previsões sociais e econômicas.

Devo novamente começar com uma descrição do empirismo, a filosofia que considera que a ciência econômica e as ciências sociais em geral seguem a mesma lógica investigativa que, por exemplo, a física. Vou explicar porque. De acordo com o empirismo – que atualmente é a visão econômica dominante – não existe nenhuma diferença categórica entre a investigação teórica e a histórica. E vou explicar qual a implicação disto para a ideia de previsões sociais. A completamente diferente visão austríaca será então explanada como uma crítica e uma refutação da posição empírica.

O empirismo se caracteriza pelo fato de aceitar duas proposições básicas intimamente relacionadas.[20] A primeira e principal é: O conheci-

[20] Para explicações variadas do empirismo—unidas em suas oposições a toda forma de apriorismo—veja R. Carnap, *Der logische Aufbau der Welt* (Hamburgo: 1966); idem, *Testability and Meaning* (New Haven, Conn.: Yale University Press, 1950; Alfred J. Ayer, Logic, *Truth, and Language* (New York: Dover, 1952); Karl R. Popper, *Logic of Scientific Discovery* (New York: Harper and Row, 1959); idem, *Conjectures and*

mento relativo à realidade, que é chamado de conhecimento empírico, deve ser confirmado, ou pelo menos deve poder ser mostrado como falso, pela observação dos resultados de experiências. A experiência empírica só pode levar ao conhecimento casual (na qualidade de contrário ao conhecimento necessário), porque ela é invariavelmente de um tipo que, em princípio, poderia ter sido diferente do que realmente foi. Isto significa que ninguém pode saber antes da experiência – isto é, antes de realmente ter realizado alguma experiência empírica – se as consequências de algum evento real serão de um jeito ou de outro. Se, por outro lado, o conhecimento não pode ser confirmado ou mostrado como falso através da observação dos resultados de uma experiência, então isto não é um conhecimento sobre nada que seja real. Isto é simplesmente um conhecimento sobre palavras, sobre o uso de termos, sobre sinais e regras transformacionais para sinais. Quer dizer, isto é um conhecimento analítico, mas não é um conhecimento empírico. E muito dificilmente, de acordo com esta visão, o conhecimento analítico pode ser de algum modo considerado um conhecimento.

A segunda suposição do empirismo formula a extensão e a aplicação da primeira suposição aos problemas da causalidade, da explicação causal e da predição. De acordo com o empirismo, explicar causalmente ou predizer um fenômeno real é formular uma declaração do tipo "se A, então B" ou, caso as variáveis permitam uma medição quantitativa, "se um aumento (diminuição) em A, então um aumento (diminuição) em B".

Enquanto uma declaração que diz respeito à realidade (com A e B sendo fenômenos reais), sua validade jamais pode ser estabelecida com certeza, isto é, somente através do exame da proposição, ou de qualquer outra proposição a partir da qual a proposição em questão poderia ser logicamente deduzida. A declaração sempre será e sempre permanecerá hipotética, com sua veracidade dependendo da observação do resultado de experiências futuras que não podem ser conhecidos antecipadamente. Se a experiência confirmasse uma explicação causal hipotética, isto não provaria que a hipótese estava certa. Se alguém observar uma ocorrência em que B de fato é o resultado de A conforme previsto, nada é verificado. A e B são termos gerais e abstratos, ou, na terminologia filosófica, universais, que se referem à eventos e processos que podem ocorrer (ao menos teoricamente) indefinidamente. Experiências posteriores ainda poderiam refutá-lo.

Refutations (Londres: Routledge and Kegan Paul, 1969; C. G. Hempel, *Aspects of Scientific Explanation* (New York: Free Press, 1970); para explicações que levam em consideração a ciência econômica, veja especialmente Ernest Nagel, *The Structure of Science* (New York: Harcourt, Brace and World, 1961); Felix Kaufmann, *Methodology of the Social Sciences* (Atlantic Highlands, N.J.: Humanities Press, 1944).

E se uma experiência refutasse uma hipótese, esta refutação também não seria definitiva. Pois se fosse observado que A não resultasse em B, ainda assim seria possível que os fenômenos hipoteticamente relacionados fossem associados ao acaso. Poderia ser que alguma outra circunstância ou variável, até então negligenciada e sem controle, tivesse simplesmente evitado que a suposta relação fosse realmente observada. No máximo, a refutação apenas prova que a específica hipótese sob investigação não era tão completamente verdadeira quanto se achava. Ela precisa ser refinada, mais variáveis precisam ser especificadas, as quais devem ser controladas e receber cuidadosa atenção de modo que possamos observar a suposta relação entre A e B. Porém, temos que reconhecer, uma refutação jamais provaria de uma vez por todas que uma relação entre certos fenômenos não existiu, assim como uma confirmação jamais provaria definitivamente que ela existiu.[21]

Ao considerarmos esta posição, notamos que ela novamente implica em uma negação do conhecimento a priori que é ao mesmo tempo conhecimento sobre qualquer coisa real. Qualquer proposição que reivindique ser a priori não pode, segundo o empirismo, ser nada além do que sinais em um papel que estejam inter-relacionados por definição ou por terem sido estipulados arbitrariamente, e é, portanto, completamente sem validade: ela não tem qualquer conexão com o mundo das coisas reais. Tal sistema de sinais somente se torna uma teoria empiricamente significativa uma vez que uma interpretação empírica é dada aos seus símbolos. Porém, tão logo esta interpretação é dada aos seus símbolos, a teoria deixa de ser uma verdade a priori e se torna para sempre hipotética.

Além disso, segundo o empirismo, nós não podemos saber com certeza se alguma coisa é uma possível causa de alguma outra coisa. Se quisermos explicar algum fenômeno, nossa formulação de hipóteses sobre as possíveis causas não é de forma alguma limitada por considerações a priori. Todas as coisas podem ter alguma influência sobre qualquer coisa. Devemos descobrir através da experiência se esta influência existe ou não; mas deste modo a experiência também jamais nos dará uma resposta definitiva a esta questão.

O próximo ponto nos leva ao tema central desta seção: a relação entre história e teoria. Observamos que segundo o empirismo não existe nenhuma diferença fundamental entre explicações históricas e teóricas. Todas as explicações são do mesmo tipo. A fim de explicar um fenômeno supomos que alguns outros fenômenos são sua causa

---

[21] Sobre as implicações relativísticas e—no nível da política—intervencionistas do empirismo, veja Hans-Hermann Hoppe, "The Intellectual Cover for Socialism," *The Free Market* (Fevereiro 1988).

e então vemos se a suposta causa realmente precedeu o efeito no devido tempo ou não. Uma distinção entre uma explicação histórica e uma teórica somente existe a medida que uma explicação histórica se refere a eventos que já ocorreram, alguma coisa que esteja no passado, enquanto que uma explicação teórica seria uma explicação, ou melhor dizendo, uma previsão, de um efeito que ainda não ocorreu. Entretanto, estruturalmente não existe nenhuma diferença entre estas explicações históricas e as previsões teóricas. Porém existe uma diferença pragmática que explica porque os empiristas destacam a importância do poder de uma teoria preditiva e não se satisfazem em apenas testá-la vis-à-vis um dado histórico.[22] A razão disto é bastante evidente para qualquer um que já tenha entrado na tola brincadeira de análise de dados. Se o fenômeno a ser explicado já tiver ocorrido, é muito simples de se encontrar todo tipo de eventos que o precedeu e poderia ser considerado sua possível causa. Além do mais, se não quisermos alongar nossa lista de possíveis causas encontrando mais variáveis precedentes, podemos fazer o seguinte (e isto é muito mais fácil na era dos computadores): Podemos pegar qualquer uma das variáveis precedentes e testar relações funcionais diferentes entre ela e a variável que se deseja explicar – lineares ou curvilíneas, funções recursivas ou não recursivas, relações aditivas ou multiplicativas etc. Então voilá, encontramos o que estávamos procurando: uma relação funcional que se conforma com os dados. E você não encontrará apenas uma, mas quantas desejar.

Porém, qual destes eventos precedentes, ou qual dentre todos os tipos de relações, é a causa ou a relação contingente efetiva? Não existe nenhuma consideração a priori, segundo o empirismo, que poderia ter alguma utilidade aqui. Por conseguinte, esta é a razão pela qual os empiristas enfatizam a importância das previsões: Para saber qual destas diversas explicações históricas é de fato correta – ou que pelo menos não seja incorreta – precisamos testá-las usando-as para prever eventos que ainda não ocorreram, veja como eles são espertos, e com isso eliminar as explicações erradas.

Basta de empirismo e suas ideias sobre teoria, história e previsões. Não entrarei em uma análise detalhada da questão de se esta ênfase dada ao sucesso da previsão altera muita coisa, ou se altera alguma coisa, em relação as implicações relativísticas mais evidentes do empirismo. Apenas lembre-se que segundo sua própria doutrina, nem uma previsão que se confirmou e nem uma que não se con-

---

[22] Para a ênfase colocada na previsão pelos empiristas-positivistas, veja em particular Milton Friedman, "The Methodology of Positive Economics" em Friedman, *Essays in Positive Economics* (Chicago: University of Chicago Press, 1953).

firmou poderiam ajudar a definir se uma relação contingente entre duas variáveis existiu ou não existiu. Isto deveria mostrar que é um tanto quanto questionável se temos alguma coisa a ganhar fazendo das previsões a base de uma filosofia.

Eu gostaria de contestar o próprio ponto de partida da filosofia empirista. Existem muitas refutações conclusivas do empirismo. Mostrarei que a distinção empirista entre o conhecimento empírico e o analítico é claramente falsa e autocontraditória.[23] Isto então nos levará a desenvolver a posição austríaca em teoria, historia e previsão.

Esta é a reivindicação central do empirismo: O conhecimento empírico deve ser confirmado ou refutado através da experiência; e o conhecimento analítico, que não pode ser confirmado ou refutado, não pode, portanto, conter algum conhecimento empírico. Se isto for verdade, então é justo perguntar: Qual é o status desta declaração fundamental do empirismo? Evidentemente ela deve ser analítica ou empírica.

Primeiramente vamos assumir que ela seja analítica. No entanto, segundo a doutrina empirista, uma proposição analítica não é nada além de rabiscos em um papel, palavras em vão, completamente desprovidas de algum conteúdo significativo. Ela não tem nada a dizer a respeito de qualquer coisa real. E, por conseguinte conclui-se que o empirismo não poderia sequer dizer e significar aquilo que ele aparenta dizer e significar. Todavia, por outro lado, se ela diz e significa aquilo que desde o começo consideramos que ela queria dizer e significar, então ela *de fato* nos dá informações a respeito de algo real. Na verdade, ela nos informa a respeito da estrutura fundamental da realidade. Ela diz que não há nada na realidade que podemos saber se é de um jeito ou de outro antes de experiências futuras que possam confirmar ou negar nossas hipóteses.

E se esta proposição significativa for considerada analítica, isto é, se for considerada uma declaração que não permita qualquer refutação e cuja veracidade possa ser estabelecida através de uma simples análise de seus termos, teremos nas mãos nada além do que uma berrante contradição. O próprio empirismo provaria que ele não passa de um contrassenso autodestrutivo.[24]

---

[23] Sobre críticas racionalistas do empirismo, veja Kambartel, Erfahrung und Struktur; Brand Blanshard, *Reason and Analysis* (LaSalle, Ill.: Open Court, 1964); A. Pap, *Semantics and Necessary Truth* (New Haven, Conn.: Yale University Press, 1958); Martin Hollis and Edward Nell, *Rational Economic Man* (Cambridge: Cambridge University Press, 1975).

[24] Em *The Ultimate Foundation of Economic Science* Mises escreve:

> A essência do positivismo lógico é negar o valor cognitivo do conhecimento a priori ao mostrar que toda proposição a priori é meramente analítica. Elas não fornecem

Talvez então devêssemos escolher a outra opção disponível e declarar que a fundamental distinção empirista entre o conhecimento empírico e o analítico é uma declaração empírica. Mas deste modo a posição empírica não teria nenhuma importância. Pois se isto fosse feito, teríamos que admitir que a proposição – sendo uma proposição empírica – poderia muito bem estar errada, e estaríamos no direito de saber em que critério deveríamos nos basear para decidir se ela estava ou não estava errada. Mais precisamente, como uma proposição empírica, certa ou errada, ela só poderia afirmar um fato histórico, algo do tipo "todas as proposições analisadas até agora podem ser divididas em duas categorias: analítica ou empírica". A declaração seria totalmente irrelevante para determinar se seria possível produzir proposições que são verdadeiras a priori e ainda são empíricas. Na verdade, se a principal reivindicação do empirismo fosse considerada uma proposição empírica, o empirismo deixaria de ser uma epistemologia, uma ciência da lógica, e não seria nada além de uma convenção verbal completamente arbitrária, de se nomear arbitrariamente certas maneiras arbitrárias de se lidar com certas declarações. O empirismo seria uma posição desprovida de qualquer justificação.

O que prova esta primeira etapa de nossa crítica ao empirismo? Evidentemente, ela prova que a ideia empirista acerca do conhecimento está errada, e ela prova isso através de um argumento a priori significativo. E ao fazer isso, ela mostra que a ideia kantiana e misesiana de proposições sintéticas a priori verdadeiras está correta. Mais especificamente, ela prova que a relação entre a teoria e a história não pode ser como a descrita pelo empirismo. Deve existir também um âmbito para a teoria – teoria que é empiricamente significativa – que é categoricamente diferente da única ideia de teoria que o empirismo admite existir. Devem existir também teorias a priori, e então a relação entre a teoria e a história deve ser diferente e mais complexa do que o empirismo nos quer fazer crer. Na verdade, esta diferença irá ficar evidente assim que eu apresentar outro argumento contra o empirismo, outro argumento a priori, e um argumento a priori contra a tese implícita no empirismo de que a relação entre a teoria e a pesquisa empírica é a mesma em todos os campos do conhecimento.

---

informações novas, mas são meramente verbais ou tautológicas, afirmando aquilo que já estava implícito nas definições e premissas. Somente a experiência pode levar a proposições sintéticas.

Existe uma objeção óbvia a esta doutrina, vis., que esta proposição de que não existem proposições sintéticas a priori é por si só—conforme acredita este escritor, falsa—uma proposição sintética a priori, pois ela evidentemente não pode ser estabelecida pela experiência. (pag. 5)

Mesmo que as ideias empiristas possam ser apropriadas para lidar com as ciências naturais (e eu considero que elas sejam inapropriadas até neste campo, mas não poderia entrar neste mérito aqui),[25] é impossível considerar que os métodos do empirismo possam ser aplicados nas ciências sociais.

Ações constituem um campo de fenômenos concernetes as ciências sociais. O empirismo afirma que as ações podem e devem ser explicadas, do mesmo modo que qualquer outro fenômeno, por meio de hipóteses causais que podem ser confirmadas ou refutadas através da experiência. [26]

Se fosse este o caso, então primeiro o empirismo seria obrigado a assumir – contrariando sua própria doutrina que diz que não existe nenhum conhecimento a priori sobre qualquer coisa real – que existem causas eficientes intemporais referentes a ações.

Ninguém saberia a priori exatamente qual evento poderia ser a causa de alguma ação específica. Porém o empirismo quer que relacionemos experiências diferentes relativas a sequências de eventos de modo que elas ou confirmem ou refutem umas as outras. E se elas forem refutadas, então nossa reação deve ser uma reformulação das hipóteses originais. Todavia, para que isso ocorra temos que pressupor uma constância ao longo do tempo na atuação das causas como tais – e saber que causas para ações realmente existem é, logicamente, conhecimento sobre a realidade das ações. Sem esta suposição relativa à existência das causas como tais, experiências diferentes jamais podem ser relacionadas umas as outras enquanto confirmações ou refutações. Existem somente observações desvinculadas e incomensuráveis. Aqui tem uma, ali outra; elas são as mesmas ou similares; ou elas são diferentes. Nada mais se segue. [27]

Além disso, há também outra contradição, e torná-la evidente nos levará diretamente ao principal insight de Mises, o de que a relação entre a teoria e a história no campo das ciências sociais é de uma natureza completamente diferente das outras ciências.

---

[25] Sobre isto veja, além dos trabalhos citados na nota 23, em particular H. Dingler, *Die Ergreifung des Wirklichen* (Munich: 1955); idem, *Aufbau der exakten Fundamentalwissenschaft* (Munich: 1964; Paul Lorenzen, *Methodisches Denken* (Frankfurt/M.: 1968); F. Kambartel e J. Mittelstrass, eds., *Zum normativen Fundament der Wissenschaft* (Frankfurt/M.: 1973); também o meu "In Defense of Extreme Rationalism."

[26] Além da literatura citada na nota 20 veja, por exemplo, aqueles produtos empiristas típicos como Arthur Goldberger e Otis D. Duncan, eds., Structural Equation Models in the Social Sciences (San Diego, Calif.: Academic Press, 1973); H.B. Blalock, ed., causal Inferences in Non-Experimental Research (Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1964); Arthur L. Stinchcombe, Constructing Social Theories (New York: Harcourt, Brace & World, 1968).

[27] Sobre isto e o que se segue, veja Hoppe, *Kritik der kausalwissenschaftlichen Sozialforschung*, capítulo 2, e "Is Research Based on causal Scientific Principles Possible in the Social Sciences?"

Qual é esta contradição? Se as ações pudessem de fato ser concebidas como governadas por causas eficientes intemporais, então certamente é apropriado perguntar: Mas como poderíamos então explicar os explicadores? Como prever causalmente suas ações? Afinal, eles são as pessoas que conduzem o próprio processo de criar hipóteses e de confirmá-las e refutá-las.

Para que seja possível assimilar experiências confirmadas ou refutadas – para substituir hipóteses velhas por novas – uma pessoa deve assumidamente ser capaz de aprender algo com as experiências. Todo empirista é, logicamente, obrigado a admitir isso. Se não, por qual motivo alguém se envolveria em uma pesquisa empírica?

Mas se alguém pode aprender com experiências de maneiras até então desconhecidas, então alguém reconhecidamente não pode saber em nenhum momento o que alguém irá saber no próximo momento e, consequentemente, como alguém irá agir baseando-se neste conhecimento. Pode-se apenas reconstruir as causas das ações de alguém após o evento, assim como se pode explicar o conhecimento de alguém apenas após ele já o possuir. Na verdade, nenhum avanço científico jamais poderia alterar o fato de que deve-se considerar como imprevisíveis o conhecimento e as ações de alguém baseando-se em causas eficientes constantes. Alguém pode considerar que este conceito de liberdade é uma ilusão. E ele poderia muito bem estar certo do ponto de vista de um cientista com poderes cognitivos substancialmente superiores a qualquer inteligência humana, ou do ponto de vista de Deus. Mas nós não somos Deus, e mesmo que nossa liberdade fosse ilusória do ponto de vista Dele e que nossas ações seguissem um caminho previsível, para nós esta é uma ilusão necessária e inevitável. Não podemos prever antecipadamente, baseando-se em condições anteriores, as futuras condições de nosso conhecimento ou as ações que evidenciam este conhecimento. Podemos somente reconstruí-las após o evento[28]. Deste modo, a metodologia empirista é simplesmente contraditória quando aplicada ao campo do conhecimento e da ação – que contém o conhecimento como seu componente indispensável. Os cientistas sociais adeptos do empirismo que formulam equações para previsões de fenômenos sociais estão fazendo algo comple-

---

[28] Curiosamente, este argumento foi primeiramente formulado por Karl R. Popper no prefácio de seu *The Poverty of Historicism* (London: Routledge & Kegan Paul, 1957). No entanto, Popper não consegue perceber que tal argumento na verdade invalida sua própria ideia de um monismo metodológico (*Einheitswissenschaft*) e demonstra a incapacidade de sua falsiabilidade no campo do conhecimento e da ação humana. Em relação a isto veja meu *Kritik der kausalwissenschaftlichen Sozialforschung*, pp. 44-49; K. 0. Apel, *Die Erklären: Verstchen Kontroverse in transzendental-pragmatischer Sicht* (Frankfurt/M.: 1979), págs. 44-46, nota 19.

tamente sem sentindo. O ato de se engajarem em uma tarefa cujo resultado eles têm que admitir que ainda não conhecem, prova que aquilo que eles fingem fazer não pode ser feito. Como Mises diz e não cansou de enfatizar: Não existem causas empíricas constantes no campo da ação humana.[29]

Então, por meio de um raciocínio a priori, o seguinte insight foi estabelecido: A história social, diferentemente da história natural, não produz nenhum conhecimento que possa ser usado para propósitos preditivos. Mais propriamente, a história social e a econômica se referem exclusivamente ao passado. O resultado de uma pesquisa sobre como e porquê as pessoas agiram no passado não tem nenhuma influência sistemática sobre se as pessoas irão ou não irão agir do mesmo modo no futuro. As pessoas podem aprender. É um absurdo assumir que alguém poderia prever no presente o que alguém irá saber amanhã e de que maneira o conhecimento de amanhã será ou não será diferente do de hoje.

Uma pessoa não pode prever hoje sua demanda por açúcar daqui um ano melhor do que Einstein poderia ter previsto a teoria da relatividade antes dele realmente tê-la desenvolvido. Uma pessoa não pode saber hoje o que ela vai saber sobre açúcar daqui um ano. E ela não pode saber quais serão todos os bens que estarão concorrendo com o açúcar pelo seu dinheiro daqui um ano. É claro que ela pode ter um palpite. Mas uma vez que deve ser admitido que as futuras condições de conhecimento não podem ser previstas baseando-se em causas eficientes constantes, uma pessoa não pode alegar que faz uma previsão do mesmo tipo epistemológico que, por exemplo, uma relativa ao o comportamento futuro da lua, do clima ou das marés. Estas são previsões que poderiam legitimamente fazer uso da suposição de causas eficientes intemporais. Mas uma previsão sobre a demanda futura de açúcar seria uma coisa completamente diferente.

Dado que a história social e a econômica somente podem produzir explicações reconstrutivas e nunca explicações que tenham qualquer relevância preditiva sistemática, segue-se outro insight extremamente importante relativo à lógica da pesquisa social empírica. E isto equivale à outra crítica decisiva ao empirismo, pelo menos com relação a sua pretensão de ser uma metodologia apropriada para as pesquisas da ciência social.

Lembre-se do que eu disse anteriormente sobre o motivo de o empirismo destacar tão veementemente a função preditiva das teorias

[29] Mises, *Ação Humana*, pags. 55-56.

explicativas. Para cada fenômeno a ser explicado existe uma imensidão de eventos precedentes e uma imensidão de relações funcionais com estes eventos precedentes pelas quais o fenômeno em questão poderia ser explicado. Mas qual destas explicações concorrentes é a correta e quais não são? A resposta empirista foi: Tente prever, e seu sucesso ou fracasso em prever eventos futuros lhe dirá qual explicação é ou não é correta. Evidentemente, esta recomendação não servirá para nada se não existirem causas eficientes intemporais relativas às ações. O que fazer então? O empirismo, logicamente, não pode fornecer uma resposta para esta questão.

Mas mesmo se as ações não pudessem ser previstas de nenhuma maneira científica, não significaria que uma explicação histórica reconstrutiva seria tão boa quanto qualquer outra. Seria um absurdo alguém explicar o fato de eu ter me mudado da Alemanha para os Estados Unidos dizendo que, por exemplo, estava ocorrendo um aumento da produção de milho em Michigan, e esta foi a causa de minha decisão. Mas porque não, assumindo aqui que o evento referente ao milho de Michigan realmente aconteceu antes de minha decisão? A razão é, logicamente, que lhe direi que o milho de Michigan não teve qualquer influência sobre minha decisão. E enquanto não for conhecido absolutamente nada à meu respeito, poderia ser considerado que isto fosse realmente verdade.

Então como analisar o evento? A resposta vem através do entendimento de meus motivos e interesses, de minhas convicções e aspirações, de minhas orientações normativas, e de minhas percepções concretas resultadas desta ação. Como nós entendemos alguém e, além disso, como verificamos que nosso entendimento é realmente correto? Quanto a primeira parte da questão – uma pessoa entende outra ao se engajar em uma pseudo comunicação e interação com ela. Digo pseudo pois, evidentemente, não podemos engajar em uma comunicação real com César para descobrir porque ele atravessou o Rubicão. Porém podemos estudar seus manuscritos e comparar suas convicções ali expressadas com suas ações reais; podemos estudar os escritos e as ações de contemporâneos e com isso tentar entender a personalidade de César, seu tempo, e seu papel e posição particulares acerca de seu tempo.[30]

Quanto a segunda parte da questão – o problema da verificação de explicações históricas – uma pessoa teria que começar admitindo que não existe nenhum critério absolutamente claro que permitiria

[30] Sobre a lógica da história, veja Mises, *Theory and History* , capítulo 14; *The Ultimate Foundation of Economic Science*, págs. 45-51; *Ação Humana*, págs. 47-51, 59-64.

decidir qual dentre duas explicações concorrentes, ambas igualmente baseadas no entendimento, é definitivamente correta e qual não é. A história não é uma ciência exata no mesmo sentido que as ciências naturais são ciências exatas ou no sentido bem diferente em que a ciência econômica é uma ciência exata.

Mesmo se dois historiadores concordarem em suas descrições dos fatos e suas avaliações dos fatores de influência de determinada ação a ser explicada, eles ainda podem discordar quanto ao peso que estes fatores tiveram para fazer a ação acontecer. E não haveria nenhuma maneira que não fosse ambígua de decidir a questão.[31]

Todavia, não quero ser mal interpretado aqui. Apesar de tudo existe algum tipo de critério verdadeiro para explicações históricas. É um critério que não só elimina todas as possíveis discordâncias entre os historiadores, mas que também exclui e desqualifica uma ampla variedade de explicações. O critério é que toda explicação histórica verdadeira deve ser de um tipo em que o agente cujas ações serão explicadas deve, teoricamente, ser capaz de confirmar a explicação e os fatores explanatórios como sendo aqueles que contribuíram para ele ter agido da maneira que agiu.[32] A palavra chave aqui é: teoricamente. Naturalmente, César não poderia confirmar nossas explicações de sua travessia do Rubicão. Além disso, ele pode de fato possuir fortes motivos para não confirmar a explicação mesmo se ele pudesse fazer isso, já que tal confirmação pode entrar em conflito com algum outro objetivo que ele possa ter.

E também, dizer que toda explicação verdadeira deve ser verificável pelo agente em questão não é dizer que todo agente sempre é a pessoa mais indicada para explicar o ocorrido. Pode ser que Einstein pudesse explicar melhor do que qualquer outra pessoa porque e como ele surgiu com a teoria da relatividade. Mas pode ser que não. Na verdade, pode muito bem ser possível que um historiador da ciência possa entender Einstein e as influências que levaram a sua descoberta melhor do que ele próprio fez ou faria. E isto poderia ser possível porque os fatores de influência ou as regras que determinaram as ações de alguém podem ser apenas subconscientes.[33] Ou eles poderiam ser tão óbvios que alguém poderia deixar de reparar neles somente por esta razão.

---

[31] Mises, *Ação Humana*, págs. 57-58.

[32] Sobre a lógica da reconstrução e verificação histórica e sociológica, veja também Hoppe, *Kritik der kausalwissenschaftlichen Sozialforschung*, págs. 33-38.

[33] Sobre a lógica da verificação e explanação psicanalítica, veja A. MacIntyre, *The Unconscious* (London: Duckworth, 1958); Jürgen Habermas, *Erkenntnis und Interesse* (Frankfurt/M.: 1968), capítulo 2; sobre a relevância da psicanálise também Mises, *Ação Humana*, pág. 12.

A seguinte analogia pode ser de grande ajuda para compreender o curioso fato de que outros podem entender uma pessoa melhor do que ela mesma. Pegue, por exemplo, um discurso público. Logicamente que, em grande medida, a pessoa que discursa provavelmente pode dar motivos para dizer o que diz e formular as influências que o levaram a ver as coisas do jeito que ela vê. Provavelmente ela pode fazer isso melhor do que qualquer outra pessoa. E mesmo assim, ao dizer o que ela diz, ela por hábito e inconscientemente segue regras que muito dificilmente ela poderia explicitar. Ela também segue certas regras gramaticais quando diz o que diz. Porém ela normalmente seria completamente incapaz de formular estas regras, embora elas tenham clara influência sobre suas ações. O historiador que entende as ações de alguém melhor do que a própria pessoa é análogo ao gramático que analisa a estrutura da sentença de um orador público. Ambos reconstroem e explicitamente formulam as regras que são seguidas na prática, mas que não poderiam, ou somente com extrema dificuldade, ser formuladas pelo próprio orador.[34]

O orador pode não ser capaz de formular todas as regras que ele segue e pode precisar de um gramático ou de um historiador profissional para ajudá-lo. Porém é de grande importância perceber que o critério de reconhecimento da verdade para a explicação do gramático, apesar de tudo, seria que o orador teria que ser capaz – em princípio – de verificar a exatidão da explicação depois que aquilo que era até então conhecido implicitamente fosse tornado explícito. Para que as explicações do gramático ou do historiador fossem corretas, o agente precisaria ser capaz de perceber que estas regras foram as que de fato influenciaram suas ações. Vimos o bastante sobre a lógica da pesquisa histórica enquanto pesquisa necessariamente reconstrutiva baseada no entendimento.[35]

O argumento que estabelece a impossibilidade das previsões de causas no campo do conhecimento e das ações humanas pode ter deixado a impressão de que, se é assim, então a previsão não pode ser

---

[34] Sobre a lógica das explanações linguísticas envolvendo a reconstrução de regras que exigem confirmação através do "conhecimento intuitivo" de "oradores competentes", veja Noam Chomsky, *Aspects of the Theory of Syntax* (Cambridge: M.I.T Press, 1965); também K. 0. Apel, "Noam Chomskys Sprachtheorie und die Philosophie der Gegenwart" em Apel, Transformation der Philosophic, vol. 2 (Frankfurt/M.: 1973).

[35] Para importantes críticas da filosofia empirista-positivista das ciências sociais empíricas, e explanações da pesquisa social enquanto baseadas no entendimento reconstrutivo, veja também K. 0. Apel, T*ransformation der Philosophie*; idem, *Die Erklären: Verstehen Kontroverse in transzendental-pragmatischcr Sicht*; Peter Winch, *The Idea of a Social Science and Its Relation to Philosophy* (Atlantic Highlands, N.J.: Humanities Press, 1970); idem, *Ethics and Action* (London: Routledge and Kegan Paul, 1972); Jürgen Habermas, *Zur Logik der Sozialwissenschaften* (Frankfurt/M.: 1970); G. H. von Wright, *Explanation and Understanding* (Ithaca, NY: Cornell University Press, 1971).

nada além de adivinhações bem ou mal sucedidas. No entanto, esta impressão seria tão errada quanto pensar que alguém pode prever a ação humana do mesmo modo que alguém pode prever os estágios do cultivo de maçãs. É aqui que o singular insight misesiano quanto a interação da teoria econômica e da história entra em ação.[36]

Na verdade, não deveria ser tão difícil de se entender a razão pela qual os futuros econômico e social não podem ser considerados inteira e absolutamente incertos: A impossibilidade de previsões de causa no campo da ação foi demonstrada através de um argumento a priori. E este argumento está incluído em um conhecimento verdadeiro a priori sobre as ações em si: que não podemos concebê-las como sendo governadas por causas eficientes intemporais.

Deste modo, enquanto a previsão econômica será de fato sempre uma arte sistematicamente impossível de ser ensinada, ao mesmo tempo é verdade que todas as previsões econômicas devem ser interpretadas como sendo limitadas pela existência do conhecimento a priori sobre as ações em si.[37]

Pegue, por exemplo, a teoria quantitativa da moeda – a proposição praxeológica de que se você aumentar a quantidade de moeda e a demanda por moeda continuar constante, então o poder de compra da moeda irá decrescer. Nosso conhecimento a priori sobre as ações em si nos informam que é impossível prever cientificamente se a quantidade de moeda será aumentada, diminuída ou deixada igual. Nem é possível prever cientificamente se, independente do que aconteça com a quantidade de moeda, a demanda por moeda a ser mantida em encaixes irá aumentar, diminuir ou permanecer a mesma. Não podemos afirmar que somos capazes de prever tais coisas porque não podemos prever as futuras condições de conhecimento das pessoas. E, no entanto, evidentemente estas condições influem no que acontece em relação a quantidade de moeda e a demanda por moeda. Então,

[36] Sobre a relação entre teoria e história, veja em particular Mises, *Ação Humana*, págs. 51-59; and *Epistemological Problems of Economics*, capítulos 2-3.

[37] O ex-austríaco e neo historicista hermenêutico niilista Ludwig Lachmann, que repete *ad nauseam* a imprevisibilidade de estados futuros do conhecimento (veja seu "From Mises to Shackle: An Essay on Austrian Economics and the Kaleidic Society," *Journal of Economic Litcrature* 54 (1976); *The Market as an Economic Process* (New York: Basil Blackwell, 1986), deixa de reconhecer totalmente este último ponto. Na verdade, seu argumento é simplesmente autocontraditório. Pois evidentemente ele alega conhecer com certeza a incognoscibilidade do conhecimento futuro e, por implicação lógica, das ações. Embora deste modo ele de fato saiba algo sobre a ação e o conhecimento futuro. Ele tem que saber algo sobre o conhecimento e a ação como tais. E é precisamente isto o que a praxeologia afirma ser: um conhecimento relativo as ações como tais, e (como expliquei em meu "On Praxeology and the Praxeological Foundations of Epistemology and Ethics,") um conhecimento sobre a estrutura que todo conhecimento futuro deve ter em virtude do fato de que ele, invariavelmente, deve ser um conhecimento de agentes.

nossa teoria, nosso conhecimento praxeológico incorporado a teoria quantitativa, possui na verdade uma utilidade limitada para a tarefa de prever o futuro econômico.

A teoria não permitiria que alguém previsse eventos econômicos futuros mesmo se, digamos, fosse um fato consumado que a quantidade de moeda tivesse sido expandida. Ele ainda seria incapaz de prever o que aconteceria com a demanda por moeda. E embora, logicamente, eventos simultâneos relacionados com a demanda por moeda realmente afetem a forma como as coisas acontecem (e anulam, aumentam, diminuem, aceleram ou desaceleram os efeitos provocados pelo aumento de uma oferta monetária), estas mudanças simultâneas, em princípio, não podem ser previstas ou mantidas constantes de maneira experimental. É um completo absurdo considerar que o conhecimento subjetivo, onde cada mudança tem um impacto nas ações, seja previsível baseando-se em variáveis antecedentes, e que seja possível ser mantido constante. O próprio pesquisador que quisesse manter o conhecimento constante na verdade teria que pressupor que seu conhecimento, especificamente seu conhecimento relativo ao resultado do experimento, não poderia ser considerado constante no decorrer do tempo.

Portanto, a teoria quantitativa da moeda não pode interpretar nenhum acontecimento econômico específico, certo ou provável, baseando-se em uma fórmula que utilize prognósticos constantes. No entanto, a teoria restringiria a gama dos possíveis prognósticos corretos. E ela faria isso não como uma teoria empírica, mas como uma teoria praxeológica, atuando como uma restrição lógica na criação de nosso prognóstico.[38] Os prognósticos que não estejam alinhados com este conhecimento (no nosso caso: a teoria quantitativa) são sistematicamente falhos e fazê-los conduz a um aumento sistemático na quantidade de erros de previsões. Isto não significa que alguém que baseie seus prognósticos em um raciocínio praxeológico correto necessariamente faria melhores previsões de eventos econômicos futuros do que alguém que fizesse seus prognósticos por meio de raciocínios e deliberações com falhas lógicas. Isto significa que no longo prazo, as previsões praxeologicamente instruídas, na média, seriam melhores do que as não praxeológicas.

É possível que alguém faça a previsão errada mesmo tendo identificado corretamente o evento "aumento da oferta monetária" e mesmo utilizando um raciocínio praxeologicamente correto de que este

[38] Sobre a lógica da previsão social e econômica, veja também Hoppe "In Defense of Extreme Rationalism", *Review of Austrian Economics* 3 (1988), seção 3,4.

evento está, em função da necessidade lógica, conectado ao evento "diminuição do poder de compra da moeda". Pois alguém pode errar ao prever o que irá ocorrer com o evento "demanda por moeda". Alguém pode ter previsto uma demanda constante por moeda, mas na prática a demanda pode aumentar. Deste modo a inflação prevista pode nem ocorrer, como era esperado. E por outro lado, é igualmente possível que uma pessoa pudesse fazer uma previsão correta, i.e., não haverá nenhuma diminuição no poder de compra, apesar do fato de que ela estava erradamente convencido de que um aumento na quantidade de moeda não tivesse nenhum efeito sobre o poder de compra da moeda. Pois pode ser que tenha ocorrido outra mudança simultânea (a demanda por moeda tenha aumentado) que anulou sua avaliação incorreta de causas e consequências, tornando sua previsão correta.

No entanto, e isto nos remete ao meu ponto de que a praxeologia logicamente limita nossas previsões de eventos econômicos: E se assumíssemos que todos que fazem previsões, incluindo os que possuem e os que não possuem o sólido conhecimento praxeológico, estão igualmente qualificados para antecipar outras mudanças simultâneas? E se fossem todos adivinhadores igualmente sortudos do futuro econômico e social? Evidentemente, somos obrigados a concluir que aqueles que fazem previsões em conformidade e de acordo com as leis praxeológicas, como a teoria quantitativa da moeda, serão mais bem sucedidos do que aqueles que ignoram a praxeologia.

É impossível elaborar uma fórmula de previsão que utilize a concepção de causas eficientes intemporais que nos tornaria capaz de prever cientificamente alterações na demanda por moeda. A demanda por moeda depende necessariamente do futuro estado de conhecimento das pessoas, e conhecimentos futuros são imprevisíveis. E, portanto, o conhecimento praxeológico tem uma utilidade para previsões bastante limitada.[39]

Todavia, dentre todos que preveem acertadamente que uma mudança como um aumento na demanda por moeda irá ocorrer e que igualmente percebem acertadamente que um aumento na quantidade da moeda de fato ocorreu, somente aqueles que reconhecem a teoria quantitativa da moeda farão uma previsão correta. E aqueles cujas convicções são contrárias a praxeologia, irão necessariamente cometer erros.

[39] Veja também Murray N. Rothbard, *Power and Market* (Kansas City, Kans.: Sheed Andrews and McMeel, 1977), págs. 256-58, sobre o diferente papel da ciência econômica ao formular teorias para um ambiente de livre mercado VS. um ambiente obstruído pela intervenção governamental.

Assim, entender a lógica da previsão econômica e a função prática do raciocínio praxeológico, é ver os teoremas a priori da ciência econômica agindo como limitantes lógicos das previsões empíricas e impondo restrições lógicas em relação ao que pode e o que não pode ocorrer no futuro.

Capítulo 3

A Praxeologia e os Fundamentos Praxeológicos da Epistemologia

I

Assim como fizeram os maiores e mais inovadores economistas, Ludwig von Mises analisou intensa e repetidamente o problema da condição lógica das proposições econômicas, i.e., como chegamos a conhecê-las e como as validamos. Na verdade, dentre todos aqueles que consideram que este cuidado é indispensável para se obter um progresso sistemático na ciência econômica, ninguém supera Mises. Pois qualquer confusão relativa a resposta destas questões fundamentais da operação intelectual de alguém teria que naturalmente levar a um desastre intelectual, i.e., a doutrinas econômicas falsas. Consequentemente, três livros de Mises são inteiramente dedicados ao esclarecimento dos fundamentos lógicos da ciência econômica: Seu preliminar *Epistemological Problems of Economics*, publicado na Alemanha em 1933; seu *Theory and History*, de 1957; e seu *Ultimate Foundations of Economic Science* de 1962, o último livro de Mises, que foi lançado quando ele já tinha ultrapassado seus oitenta anos de idade. E seus trabalhos no campo específico da ciência econômica também invariavelmente expõem a importância que Mises atribui à análise dos problemas epistemológicos. Mais especificamente, *Ação Humana*, sua obra prima, em suas inigualáveis primeiras cem páginas, lida exclusivamente com estes problemas, e as outras 800 páginas do livro estão repletas de considerações epistemológicas.

Deste modo, totalmente alinhado a tradição de Mises, os fundamentos da ciência econômica também são o assunto deste capítulo. Eu estabeleci para mim mesmo um objetivo composto de duas etapas. Primeiro quero explicar a solução proposta por Mises para o problema das fundamentações definitivas da ciência econômica, i.e., sua ideia de uma teoria pura da ação, ou praxeologia, como ele mesmo designa. E em segundo lugar, quero demonstrar porque a solução de Mises é muito mais do que apenas um insight incontestável sobre a natureza da ciência econômica e das proposições econômicas.

Ele fornece um insight que também torna possível a compreensão da fundamentação sobre a qual a epistemologia, em última análise, se baseia. Na verdade, conforme sugere o título do capítulo, quero mos-

trar que é a praxeologia que deve ser considerada o próprio fundamento da epistemologia, e, consequentemente, que Mises, além de seus grandes feitos como economista, também contribuiu com insights pioneiros relativos a justificação de toda tarefa da filosofia racionalista.[40]

[40] Sobre isto veja também meu *Kritik der kausalwissenschaftlichen Sozialforschung. Untersuchungen zur Grundlegung von Soziologic und Ökonomie;* idem, "Is Research Based on Causal Scientific Principles Possible in the Social Sciences?," capítulo 7); idem, "In Defense of Extreme Rationalism," [em .PDF] *Review of Austrian Economics* 3 (1988)

Capítulo 4

A Praxeologia e os Fundamentos Praxeológicos da Epistemologia

II

Voltemo-nos a solução de Mises. Qual é a condição lógica de uma típica proposição econômica como a lei da utilidade marginal (que sempre que a oferta de um bem, cujas unidades são consideradas de utilidade homogênea por uma pessoa, aumenta em uma unidade, o valor agregado a esta unidade deve diminuir pois ela só pode ser usada como um meio para se alcançar um objetivo que é considerado menos valioso do que o último objetivo alcançado anteriormente por uma unidade deste bem); ou da teoria quantitativa da moeda (que sempre que a quantidade de moeda é aumentada enquanto a demanda por moeda para ser mantida em encaixe permanece a mesma, o poder de compra da moeda irá diminuir)?

Ao formular sua resposta, Mises enfrentou um duplo desafio. Por um lado, havia a resposta oferecida pelos empiristas modernos. A Viena que Ludwig von Mises conhecia era na verdade um dos núcleos pioneiros do movimento empirista: um movimento que se encontrava na iminência de estabelecer-se como a filosofia acadêmica dominante no mundo ocidental, uma predominância que duraria por muitas décadas, e que mesmo nos dias de hoje exerce grande influência na imagem que uma esmagadora maioria de economistas faz de sua própria disciplina.[41]

O empirismo considera a natureza e as ciências naturais seus modelos. De acordo com o empirismo, os exemplos de proposições econômicas mencionados acima possuem a mesma condição

[41] Sobre o Círculo de Viena veja V. Kraft, *Der Wiener Kreis* (Vienna: Springer, 1968); para interpretações empiristas-positivistas da ciência econômica veja obras características como Terence W Hutchison, *The Significance and Basic Postulates of Economic Theory* [Hutchison, um adepto da variante popperiana de empirismo, desde então ficou muito menos esperançoso com relação a possibilidade de uma ciência econômica baseada em Popper—veja, por exemplo, seu *Knowledge and Ignorance in Economics*—embora ele ainda não enxergue nenhuma outra alternativa a não ser apegar-se à falseabilidade de Popper, seja como for]; Milton Friedman, "The Methodology of Positive Economics," em idem, *Essays in Positive Economics*; Mark Blaug, *The Methodology of Economics*; uma descrição positivista feita por um participante dos Seminários Privados de Mises em Viena é E. Kaufmann, *Methodology of the Social Sciences*; a predominância do empirismo na economia está documentada pelo fato de que provavelmente não existe um único livro texto que não classifique a ciência econômica explicitamente como—e de que outra forma seria?—uma ciência empírica (a posteriori).

lógica das leis da natureza: Assim como as leis da natureza elas expressam relações hipotéticas entre dois ou mais eventos, basicamente na forma de declarações do tipo se/então. E assim como as hipóteses das ciências naturais, as proposições da ciência econômica requerem contínuos testes *vis-à-vis* experiência. Uma proposição referente a relação entre eventos econômicos jamais pode ser absolutamente validada de uma vez por todas. Ao invés disso, ela está eternamente sujeita ao resultado de possíveis experiências futuras. Estas experiências podem confirmar a hipótese. Mas isto não provaria que a hipótese é verdadeira, já que a proposição econômica teria usado termos gerais (na terminologia filosófica: universais) em sua descrição dos eventos relatados, e, portanto, se aplicaria a um número indefinido de casos ou exemplos, deste modo sempre deixando margem para que futuras experiências as refutem. Tudo que uma confirmação provaria é que ainda não foi revelado que a hipótese é falsa. Por outro lado, a experiência pode refutar a hipótese. Isto certamente provaria que alguma coisa estava errada com a hipótese da maneira que ela foi elaborada. Mas isto não provaria que as relações hipotetizadas entre os eventos descritos jamais poderiam ser encontradas. Isto apenas mostraria que levando em conta e controlando durante as observações apenas o que até então tenha sido realmente levado em conta e controlado, a relação ainda não foi revelada. No entanto, não pode ser descartado que ela poderia ser revelada tão logo alguma outra circunstância venha a ser controlada.

A postura que esta filosofia incentiva, e que de fato se tornou característica da maioria dos economistas contemporâneos e de seus modos de conduzir suas tarefas, é uma de ceticismo: o lema é “não se pode ter certeza de que nada seja impossível no campo dos fenômenos econômicos”. Mais precisamente, uma vez que o empirismo considera que os fenômenos econômicos são dados objetivos, estendendo-se no espaço e sujeitos a medições quantificáveis – numa analogia perfeita aos fenômenos das ciências naturais – o ceticismo peculiar dos economistas empiristas pode ser descrito como o de um engenheiro social que não dará certeza de nada.[42]

O outro desafio veio por parte da escola historicista. Na verdade, durante o período que Mises morou na Áustria e na Suíça, a filosofia historicista era a ideologia dominante das universidades de língua alemã e de suas elites acadêmicas. Com a ascensão do empirismo,

[42] Sobre as consequências relativísticas do positivismo-empirista veja também Hoppe, *Uma Teoria sobre Socialismo e Capitalismo*, capítulo 6; idem, “The Intellectual Cover for Socialism.”

esta proeminência se reduziu consideravelmente. Porém, mais ou menos na última década o historicismo ganhou força novamente no mundo acadêmico ocidental. Hoje ele nos acompanha em toda parte sob nomes como hermenêutica, retórica, desconstrucionismo e anarquismo epistemológico.[43]

Para o historicismo, e isto é ainda mais fácil de ser notado em suas versões contemporâneas, o modelo não é a natureza e sim um texto literário. Os fenômenos econômicos, segundo a doutrina historicista, não são magnitudes objetivas que possam ser medidas. Ao invés disso, elas são expressões e interpretações subjetivas desenrolando-se na história para serem compreendidas e interpretadas pelo economista do mesmo modo que um texto literário desenrola-se diante de seus leitores e é interpretado por eles. Sendo criações subjetivas, a sequência de seus eventos não segue nenhuma lei objetiva. Tanto em textos literários quanto na sequência de expressões e interpretações históricas, nada é regido por relações constantes. Logicamente, certos textos literários realmente existem, do mesmo modo que certas sequências de eventos históricos também existem. Mas isto de maneira alguma quer dizer que nada deveria ter acontecido da maneira que aconteceu. Simplesmente aconteceu. Do mesmo modo que alguém sempre pode inventar histórias literárias diferentes, a história e a sequência de eventos históricos também poderiam ter acontecido de uma maneira completamente diferente. Além disso, segundo o historicismo, sendo ainda mais visível em suas versões hermenêuticas modernas, a formação destas expressões humanas e suas interpretações sempre relacionadas por acaso, também não são regidas por nenhuma lei objetiva. Na produção literária qualquer coisa pode ser expressada ou interpretada; e, seguindo a mesma linha, eventos históricos e econômicos podem ser qualquer coisa que alguém expresse ou interprete que eles sejam, e, portanto suas descrições feitas pelo historiador e economista podem ser qualquer coisa que ele expresse ou interprete que estes eventos passados subjetivos tenham sido.

A postura que a filosofia historicista suscita é a do relativismo. Seu lema é "tudo é possível". Sem ser limitada por nenhuma lei objetiva,

---

[43] Veja Ludwig von Mises, *The Historical Setting of the Austrian School of Economics* (Auburn, Ala.:Ludwig von Mises Institute, 1984); idem, Erinnerungen (Stuttgart: Gustav Fischer, 1978); idem *Theory and History* , capítulo 10; Murray N. Rothbard, Ludwig von Mises: *Scholar, Creator Hero* (Auburn, Ala.: Ludwig von Mises Institute, 1988); para uma pesquisa crucial das idéias historicistas veja também Karl Popper, The *Poverty of Historicism*; para um representante de uma versão mais antiga de uma interpretação historicista da economia veja Werner Sombart, *Die drei National?konomien* (Munich: Duncker & Humblot, 1930); para a moderna guinada hermenêutica, Donald McCloskey, *The Rhetoric of Economics* (Madison: University of Wisconsin Press, 1985); Ludwig Lachmann, "From Mises to Shackle: An Essay on Austrian Economics and the Kaleidic Socicty," *Journal of Economic Literature* (1976).

pois a história e a ciência econômica historicista-hermenêutica, juntamente com a crítica literária, são questões de estética. E consequentemente, seu resultado toma a forma de averiguações a respeito do que alguém sente em relação ao que acha que foi experimentado por outra pessoa – uma forma literária que só estamos acostumados a ver em campos como da sociologia e das ciências políticas.[44]

Acredito que intuitivamente seja possível perceber que tem alguma coisa muito errada tanto na filosofia empirista quanto na historicista. Suas considerações epistemológicas sequer parecem se conformar com os modelos propostos por elas mesmas: a natureza por um lado e os textos literários por outro. E de qualquer modo, com relação a proposições econômicas tais como a lei da utilidade marginal ou da teoria quantitativa da moeda, suas considerações parecem completamente absurdas. Certamente, ninguém considera que a lei da utilidade marginal seja uma lei hipotética, eternamente sujeita a ter sua validação confirmando ou desconfirmando experiências que apareçam por ai. E é algo totalmente ridículo imaginar que o fenômeno referido na lei seja de magnitudes quantificáveis. Ainda pior é a interpretação historicista. É absurdo achar que a relação entre os eventos referidos na teoria quantitativa da moeda possa ser desfeita se alguém assim desejar. E igualmente absurda é a ideia de que conceitos como moeda, demanda por moeda e poder de compra são formados sem nenhuma restrição objetiva e se referem apenas a criações subjetivas volúveis. Ao invés disso, contrário a doutrina empirista, os dois exemplos de proposições econômicas aparentam ser logicamente verdadeiros e se referir a eventos que são subjetivos na natureza. E ao contrário do que afirma o historicismo, pareceria que o que eles declaram seria impossível de ser desfeito em toda a história e conteria distinções conceituais que, enquanto se referem a eventos subjetivos, seriam, no entanto objetivamente restritos, e incorporariam conhecimento universalmente válido.

Como a maioria dos mais proeminentes economistas antes dele, Mises também compartilhava destas intuições.[45] Todavia, na busca

---

[44] Sobre o relativismo extremo do historicismo-hermenêutico veja Hoppe"In Defense of Extreme Rationalism," [em .PDF] *Review of Austrian Economics* 3 (1988); Murray N. Rothbard, "The Hermeneutical Invasion of Philosophy and Economics" [in .PDF] Review of Austrian Economics (1988); Henry Veatch, "Deconstruction in Philosophy: Has Rorty Made it the Denouement of Contemporary Analytical Philosophy," *Review of Metaphysics* (1985); Jonathan Barnes, "A Kind of Integrity," A*ustrian Economics Newsletter* (Summer 1987); David Gordon, *Hermeneutics vs. Austrian Economics* (Auburn, Ala.: Ludwig von Mises Institute, Occasional Paper Series, 1987); Para uma crítica brilhante da sociologia contemporânea veja St. Andreski, *Social Science as Sorcery* (New York: St. Martin's Press, 1973).

[45] Com relação as visões epistemológicas de predecessores como J. B. Say, Nassau W. Senior, J. E. Caimes, John Stuart Mill, Carl Menger, and Friedrich von Wieser veja Ludwig von Mises, *Epistemological Proble-*

das fundamentações da ciência econômica, Mises vai além da intuição. Ele enfrenta o desafio proposto pelo empirismo e pelo historicismo de reconstruir sistematicamente as bases pelas quais essas intuições possam ser entendidas como corretas e justificadas. Ele não pretende com isso colaborar com o surgimento de uma nova disciplina econômica. Porém, ao explicar o que até então era apenas entendido intuitivamente, Mises vai muito além do que qualquer coisa que já tinha sido feita antes. Ao reconstruir as fundamentações racionais das intuições dos economistas, ele nos garante o caminho apropriado para qualquer desenvolvimento futuro na ciência econômica e nos protege de erros intelectuais sistemáticos.

Logo no início de sua reconstrução Mises nota que o empirismo e o historicismo são doutrinas autocontraditórias.[46] A ideia empirista de que todos os eventos, naturais ou econômicos, são relacionados apenas hipoteticamente é negada pela própria mensagem desta proposição empirista básica: Pois se esta própria proposição fosse apenas hipoteticamente considerada verdadeira, i.e., uma proposição hipoteticamente verdadeira relativa a proposições hipoteticamente verdadeiras, ela sequer poderia ser considerada um pronunciamento epistemológico. Pois deste modo ela não forneceria nenhuma justificação para a alegação de que as proposições econômicas não são, e nem podem ser, categoricamente, ou a priori, verdadeiras, da maneira que nossa intuição nos diz que elas são. No entanto, se assumíssemos que a própria premissa básica empirista fosse categoricamente verdadeira, i.e., se assumíssemos que podemos dizer alguma coisa verdadeira a priori sobre a maneira que os eventos são relacionados, então isto iria contradizer a própria tese de que o conhecimento empírico deve ser invariavelmente um conhecimento hipotético, criando assim condições para que uma disciplina como a ciência econômica reivindique produzir conhecimento empírico válido a priori. Além disto, a tese empirista de que os fenômenos econômicos devem ser concebidos como magnitudes observáveis e mensuráveis – análogos àqueles das ciências naturais – torna-se inconcludente, igualmente devido a suas próprias implicações: Pois, obviamente, o empirismo pretende nos fornecer um conhecimento

ms of Economics, págs. 17-23; também Murray N. Rothbard, "Praxeology: The Methodology of Austrian Economics," em Edwin Dolan, ed., *The Foundations of Modern Austrian Economics* (Kansas City: Sheed and Ward, 1976).

[46] Em complemento as obras de Mises citadas no início deste capítulo e a literatura mencionada na nota 40, veja Murray N. Rothbard, *Individualism and the Philosophy of the Social Sciences* (San Francisco: Cato Institute, 1979); para uma crítica filosófica esplêndida da economia empirista veja Hollis and Nell, *Rational Economic Man*; como uma defesa geral particularmente valiosa do racionalismo contrapondo o empirismo e o relativismo—no entanto sem fazer referência a ciência econômica—veja Blanshard, *Reason and Analysis;* Kambartel, Erfahrung und Struktur.

empírico significativo quando ele nos diz que nossos conceitos econômicos são baseados em observações. Não obstante, os próprios conceitos de observação e medição, os quais os empiristas devem empregar ao reivindicar suas afirmações, obviamente não são derivados de experiências que fazem uso de observações, no sentido que galinhas e ovos ou maçãs e peras são. Não se pode observar alguém fazendo uma observação ou uma medição. Ao invés disto, deve-se primeiro entender o que são observações e medições para aí sim ser capaz de interpretar certos fenômenos observáveis como um ato de observação ou de medição. Deste modo, contrariando sua própria doutrina, o empirismo é obrigado a admitir que existe conhecimento empírico baseado em entendimento – assim como, em conformidade com nossas intuições, as proposições econômicas reivindicam ser baseadas em entendimento – ao invés de em observações.[47]

E as autocontradições do historicismo são tão evidentes quanto. Pois se, como afirma o historicismo, os eventos históricos e econômicos – os quais ele entende como sequências de eventos subjetivamente compreendidos ao invés de eventos observáveis – não são governados por nenhuma relação constante e intemporal, então esta própria proposição também não pode reivindicar dizer alguma coisa constantemente verdadeira sobre historia e economia. Ao contrário, ela seria uma proposição com um valor veritativo, por assim dizer, efêmero: ela pode ser verdadeira agora, se assim desejarmos, porém pode ser falsa num próximo momento, caso não desejarmos mais, com ninguém nunca sabendo o que desejaremos. No entanto, se fosse esta a condição da premissa historicista básica, ela obviamente também não poderia ser considerada uma epistemologia. O historicismo não teria nos fornecido nenhuma justificativa do porquê deveríamos acreditar nele. Porém, se a proposição básica do historicismo fosse considerada invariavelmente verdadeira, então esta proposição a respeito da natureza constante de fenômenos históricos e econômicos iria contradizer sua própria doutrina que rejeita qualquer tipo de constantes. Além disso, a afirmação dos historicistas – e mais ainda a de seus sucessores modernos, os hermenêuticos – de que os eventos históricos e econômicos não passam de criações subjetivas, não limitadas por nenhum fator objetivo, é demonstrada ser falsa pelo próprio enunciado que a forma. Pois evidentemente, um historicista deve assumir que esta afirmação seja verdadeira e significativa; ele deve presumir dizer algo específico sobre alguma coisa, ao invés de apenas pronunciar sons sem sentido como abracadabra. Não obstan-

[47] Para uma defesa elaborada do dualismo epistemológico veja também Apel, *Transformation der Philosophie*, 2 vols. e Habermas, *Zur Logik der Sozialwissenschaften.*

te, se for isso, então, claramente, deve-se assumir que sua afirmação é limitada por algo fora do âmbito das criações arbitrarias subjetivas. Obviamente, posso dizer aquilo que o historicista diz em inglês, alemão ou chinês, ou em qualquer outro idioma que eu queira, contanto que expressões e interpretações históricas e econômicas possam ser consideradas meras criações subjetivas. Mas qualquer coisa que eu diga, qualquer que seja o idioma, deve-se assumir que seja limitado por algum significado proposicional implícito em minha declaração, que é o mesmo para todos os idiomas, e sua existência é completamente independente de qualquer forma linguística peculiar que possa ser expressada. E ao contrário da crença historicista, a existência deste limitante não quer dizer que seja possível fazer uso dele como se desejar. Ao invés disso, ele é objetivo naquilo que podemos entender que seja a pressuposição logicamente necessária para se dizer qualquer coisa com algum significado, em oposição a apenas produzir sons sem sentido. O historicista não poderia alegar dizer nada se não fosse pelo fato de que suas expressões e interpretações são realmente limitadas por leis de lógica como a própria pressuposição de declarações significativas como esta.[48]

Com esta refutação do empirismo e do historicismo, observa Mises, as afirmações da filosofia racionalista são restabelecidas com sucesso, e fica justificada a possibilidade de declarações verdadeiras a priori, como parecem ser as da ciência econômica. Na verdade, Mises literalmente considera que suas próprias investigações epistemológicas são a continuação da obra da filosofia racionalista ocidental. Com Leibniz e Kant ele se coloca contra a tradição de Locke e Hume.[49] Ele fica ao lado de Leibniz quando replica o famoso pronunciamento de Locke de que “não existe nada no intelecto que não tenha estado antes nos sentidos” com o seu igualmente famoso “exceto o próprio intelecto”. E ele reconhece que sua tarefa como um filósofo da ciência econômica é absolutamente análoga a de Kant como um filósofo da razão pura, i.e., da epistemologia. Assim como Kant, Mises pretende demonstrar a existência de proposições sintéticas verdadeiras a priori, ou, proposições das quais os valores veritativos possam ser estabelecidos definitivamente, mesmo que para se chegar a isso os meios da lógica formal sejam insuficientes e as observações sejam desnecessárias.

Minha crítica ao empirismo e ao historicismo confirmou a reivindicação geral racionalista. Ela demonstrou que nós realmente possuímos

---

[48] Sobre isso especificamente veja Hoppe, “In Defense of Extreme Rationalism,” [em .PDF] *Review of Austrian Economics* 3 (1988).

[49] Veja Mises, *The Ultimate Foundation of Economic Science*, pág. 12.

um conhecimento que não é derivado da observação e ainda é limitado por leis objetivas. Na verdade, nossa refutação do empirismo e do historicismo é dotada deste conhecimento sintético a priori. Porém, de que maneira seria possível cumprir a importante tarefa de mostrar que as proposições da ciência econômica – tais como a lei da utilidade marginal e a teoria quantitativa da moeda – podem ser consideradas um conhecimento deste tipo? Para cumprir esta missão, observa Mises em conformidade com a rigidez formulada tradicionalmente pelos filósofos racionalistas, as proposições econômicas devem obedecer dois pré-requisitos: Primeiro, deve ser possível demonstrar que elas não sejam derivadas de evidências baseadas em observações, pois estas evidências só podem revelar as coisas ao acaso; elas não contêm nada que possa indicar porque as coisas *devem* ser como elas são. Ao invés disso, deve-se demonstrar que as proposições econômicas são baseadas na cognição refletiva, em nosso entendimento de nós mesmos como seres inteligentes. E segundo, este entendimento refletivo deve capitular certas proposições como axiomas materiais autoevidentes. Não no sentido de que estes axiomas teriam que ser autoevidentes no sentido psicológico, ou seja, que eles teriam que ser percebidos imediatamente ou que suas veracidades dependessem de um sentimento psicológico de convicção. Pelo contrário, assim como Kant antes dele, Mises deu extrema importância ao fato de que é geralmente muito mais trabalhoso descobrir estes axiomas do que descobrir algumas verdades através de observações como a de que as folhas das árvores são verdes ou que eu tenha 1,89 metros de altura.[50] Ao invés disso, o que fazem deles axiomas materiais autoevidentes é o fato de que ninguém pode negar suas validades sem se autocontradizer, porque ao tentar negá-los alguém já estaria pressupondo sua validade.

Mises observa que ambos os pré-requisitos são obedecidos por aquilo que ele denomina como axioma da ação, i.e., a proposição de que os homens agem, de que eles manifestam um comportamento proposital.[51] Obviamente, este axioma não é derivado de observações – existem apenas movimentos corporais para serem observados e não "ações" – mas originam-se a partir do entendimento refletivo. E este entendimento é na verdade um entendimento de proposição autoevidente. Pois sua veracidade não pode ser negada, já que a própria negação teria que ser considerada uma ação. Mas isto não seria apenas uma trivialidade? E o que a ciência econômica tem a ver com isso? Logicamente, já havia sido admitido que conceitos econômicos como preços, custos, produção, moeda, crédito etc., estavam relacio-

[50] Veja Kant, *Kritik der reinen Vernunft*, pág. 45; Mises *Human Action.* , pág. 38.

[51] Sobre o seguinte veja em particular Mises, *Human Action.* , capítulo 4; Murray N. Rothbard, *Man, Economy, and State* (Los Angeles: Nash, 1962), capítulo 1.

nados com o fato de que havia pessoas agindo. Mas dizer que toda a ciência econômica está baseada neste tipo de proposições triviais e que pode ser reconstruída a partir delas é algo que certamente não é óbvio. Uma das maiores realizações de Mises foi ter demonstrado exatamente isto: que há insights implícitos nestes axiomas de ação triviais no sentido psicológico que não eram autoevidentes psicologicamente; e que são estes insights que fornecem a fundamentação para os teoremas da ciência econômica como proposições sintéticas verdadeiras a priori.

Com certeza não é psicologicamente evidente que um agente busca um objetivo em toda ação; e qualquer que seja este objetivo, o fato de que ele foi buscado por um agente revela que ele deve ter valorizado este objetivo relativamente mais do que qualquer outro que ele tenha considerado no momento que começou a agir. Não é evidente que, para atingir seu objetivo mais altamente valorizado, um agente deve interferir ou decidir não interferir – o que, logicamente, também é uma interferência proposital – algum momento antes a fim de produzir um resultado posterior; nem é óbvio que esta interferência implica no uso de alguns meios escassos – no mínimo o corpo do agente, o lugar que ele esteja e o tempo consumido pela ação. Não é autoevidente que, por conseguinte, estes meios também devem ter valor para um agente – um valor derivado do valor do objetivo – porque o agente deve considerar a necessidade de usá-los para efetivamente atingir o objetivo; e estas ações só podem ser executadas em uma sequência, sempre envolvendo uma escolha, i.e., adotando um curso de ação que em algum dado momento assegure os resultados mais altamente valorizados para o agente e excluindo ao mesmo tempo a busca de outros objetivos menos valorizados. Não é automaticamente evidente que como uma consequência de ter escolhido e dado preferência a um objetivo ao invés de outro – de não ser capaz de realizar todos os objetivos simultaneamente – toda e qualquer ação implica em custos, i.e., abrir mão do valor agregado ao objetivo alternativo mais valorizado que não pode ser realizado ou cuja realização deve ser adiada, porque os meios necessários para alcançá-lo estão comprometidos na produção de outro objetivo ainda mais valorizado. E finalmente, não é evidente que no seu ponto de partida, todo objetivo de uma ação deve ser considerado ter mais valor para o agente do que seus custos e ser apto a proporcionar um lucro, i.e., um resultado cujo valor é maior do que o valor da oportunidade antecedente, e ainda que toda ação também invariavelmente corre o risco de resultar em um prejuízo se um agente descobrir, em retrospecto, que ao contrário de suas expectativas o resultado que foi alcançado na prática, na verdade possui um valor menor do que o valor que a alternativa abdicada teria proporcionado.

Todas estas categorias que sabemos se tratar do próprio âmago da ciência econômica – valores, fins, meios, escolha, preferência, custo, lucro e prejuízo – estão implícitas no axioma da ação. Como o próprio axioma, elas não são derivadas da observação. Ao invés disso, o fato de sermos capazes de interpretar as observações em termos de categorias como estas requer que já tenhamos a consciência do que significa agir. Alguém que não seja um agente jamais poderia compreendê-las, pois elas não são "dados", prontos para serem observados, mas a experiência que faz uso de observações é moldada nestes termos do jeito que é interpretada por um agente. E ao passo que elas e suas inter-relações não estavam claramente implícitas no axioma da ação, uma vez que ficou explícito que elas estavam implícitas, e de que maneira, ninguém tem mais nenhuma dificuldade em reconhecer que elas são verdadeiras a priori, no mesmo sentido que o próprio axioma. Pois qualquer tentativa de refutar a validade do que Mises restabeleceu como implícito no próprio conceito de ação teria que visar um objetivo, necessitar de meios, excluir outros cursos de ação, incorrer em custos, sujeitar o agente a possibilidade de atingir ou não o objetivo desejado e resultando assim em um lucro ou em um prejuízo. Deste modo, é inequivocamente impossível questionar ou refutar a validade dos insights de Mises. Na verdade, uma situação na qual as categorias de ação deixassem de possuir uma existência real jamais poderia ser observada ou relatada, uma vez que fazer uma observação e falar são ações.

Todas as proposições econômicas verdadeiras, e é exatamente disso que trata a praxeologia e o que consiste o grande insight de Mises, podem ser deduzidas por meio da lógica formal a partir deste conhecimento material incontestavelmente verdadeiro relativo ao significado de ação e suas categorias. Mais especificamente, todos os teoremas econômicos verdadeiros consistem de (a) um entendimento do significado de ação, (b) uma situação ou alteração de situação – que é considerada dada ou identificada como dada – e descrita em termos destas categorias de ação, e (c) uma dedução lógica das consequências – novamente em termos destas categorias – que devem ocorrer para um agente a partir desta situação ou alteração de situação. A lei da utilidade marginal, por exemplo,[52] resulta de nosso conhecimento indiscutível do fato de que todo agente invariavelmente prefere o que o satisfaz mais àquilo que o satisfaz menos, somado-se a suposição de que ele se depara com um aumento na oferta de um bem (um meio escasso) cujas unidades ele considera possuir uma utilidade homogênea, em uma unidade. Disto se segue com necessidade lógica que esta

[52] Sobre a lei da utilidade marginal veja Mises, *Human Action.* , págs. 119-27 e Rothbard, *Man, Economy, and State*, págs. 268-71.

unidade adicional só pode ser utilizada como um meio para a remoção de um desconforto que é considerado menos urgente do que o objetivo menos valorizado já alcançado anteriormente por uma unidade deste bem. Contanto que não tenha nenhum erro no processo de dedução, as conclusões que podem ser obtidas pela teorização econômica, que não diferem no caso da lei da utilidade marginal ou no caso de qualquer outra proposição econômica, devem ser válidas a priori. A validade destas proposições podem ter suas origens investigadas até se chegar em última análise ao indisputável axioma da ação. Fazer como os empiristas, afirmando que estas proposições requerem testes empíricos contínuos para serem confirmadas, é um absurdo, e um sinal de uma completa confusão mental. É tão absurdo e confuso quanto dizer o que diz o historicismo, que a ciência econômica não tem nada a dizer sobre relações constantes e invariáveis e que ela somente lida com eventos que ocorrem por acaso ao longo da história. Dizer isso significa provar que esta declaração é falsa, pois querer dizer qualquer coisa que faça sentido já pressupõe ação e um conhecimento do significado das categorias da ação.

Capítulo 5

A Praxeologia e os Fundamentos Praxeológicos da Epistemologia

III

Esta explicação da resposta que Mises deu ao desafio de encontrar as fundamentações da ciência econômica é suficiente para satisfazer nossos propósitos aqui. Voltemo-nos agora ao meu segundo objetivo: a explanação do porquê e de como a praxeologia também fornece os fundamentos para a epistemologia. Mises estava ciente disto e estava convencido da grande importância que seu insight tinha para a filosofia racionalista. No entanto, Mises não tratou esta questão de uma forma sistemática. Existem apenas algumas poucas observação relativas a este problema, espalhadas ao longo de seu gigantesco acervo de escritos[53]. Por esta razão, a partir deste ponto devo tentar desbravar novos caminhos

Darei início a minha explanação introduzindo um segundo axioma a priori e esclarecendo sua relação com o axioma da ação. Este entendimento é a chave para solucionar nosso problema. O segundo axioma é conhecido por "a priori da argumentação", que diz que os humanos são capazes de incorrer em uma argumentação e, portanto conhecem os significados de verdade e validade.[54] Assim como no caso do axioma da ação, este conhecimento não é derivado de observações: tudo que há para ser observado é um comportamento verbal e é necessária uma cognição refletiva prévia para interpretar este comportamento como argumentos significativos. E a validade deste axioma, do mesmo modo que a validade do axioma da ação, é irrefutável. É impossível alguém negar que é capaz de argumentar, pois a negação em si já seria um argumento. Na verdade, uma pessoa não seria nem capaz de dizer em pensamento "eu não tenho a capacidade de argu-

---

[53] Mises diz: "O conhecimento é uma ferramenta da ação. Sua função é orientar o homem como proceder em seu esforço para remover um desconforto.... A categoria da ação é a categoria fundamental do conhecimento humano. Ela envolve todas as categorias da lógica e a categoria da regularidade e da causalidade. Ela envolve a categoria do tempo e a do valor.... Ao agir, a mente do indivíduo se compreende diferente de seu ambiente, o mundo exterior, e tenta estudar este ambiente a fim de influenciar o curso dos eventos que ocorrem nele" (*The Ultimate Foundation of Economic Science*, pp. 35-36). Ou: "Ambos, o raciocínio e o pensamento a priori por um lado e a ação humana por outro, são manifestações da mente.... Razão e ação são congenéricas e homogêneas; são dois aspectos do mesmo fenômeno." (ibid., p.42). No entanto, ele abandona o problema mais ou menos neste ponto e conclui que "não é propósito da praxeologia investigar a relação entre pensar e agir." *Ação Humana*, pág. 39).

[54] Sobre a a priori da argumentação veja também K. 0. Apel, *Transformation der Philosophie*, vol. 2.

mentar" para si mesma sem deste modo se autocontradizer. Uma pessoa não é capaz de argumentar que ela não é capaz de argumentar. E ninguém pode dizer que não sabe o que significa fazer a reivindicação da verdade ou validade de uma alegação sem reivindicar implicitamente que a negação desta proposição seja verdadeira.

Não é difícil perceber que os dois axiomas a priori – da ação e da argumentação – estão intimamente ligados. Por um lado, as ações são mais fundamentais que as argumentações, e é devido a sua existência que a ideia de validade pode surgir, ao passo que a argumentação é só uma sub-classe da ação. Por outro, argumentação se faz necessária para reconhecer estes fatos concernentes a ação e a argumentação e suas ligações mútuas. E, portanto, neste sentido, a argumentação deve ser considerada mais fundamental que a ação: sem argumentação não seria possível dizer que se sabe nada sobre a ação. Mas então, como é na argumentação que o insight é revelado, que – enquanto não poderíamos saber disto antes de alguma argumentação – na verdade, a possibilidade da argumentação pressupõe ação em que reivindicações de validade só podem ser explicitamente discutidas no curso de uma argumentação se os indivíduos envolvidos já saberem o que significa agir e ter conhecimento implícito na ação – tanto o significado de ação em geral quanto o da argumentação em particular devem ser considerados como cordas entrelaçadas logicamente necessárias ao conhecimento a priori.

Esta investigação acerca da inter-relação entre a a priori da ação e a a priori da argumentação sugere o seguinte: Tradicionalmente, a tarefa da epistemologia tem sido considerada a de formular o que pode ser entendido como verdadeiro a priori e também o que pode ser entendido a priori não ser a matéria do conhecimento a priori. Reconhecer, como acabamos de fazer, que reivindicações de conhecimento são feitas e decididas ao longo de uma argumentação, e que isto é inegável, torna possível restabelecer com maior precisão a tarefa da epistemologia como sendo a de formular aquelas proposições que são indiscutíveis argumentativamente, uma vez que suas validades já estão implícitas no próprio fato de se incorrer em uma argumentação e, portanto, não podem ser negadas argumentativamente; e também a tarefa de delimitar o alcance deste conhecimento a priori, separando-o do campo das proposições cujas validades não possam ser estabelecidas desta maneira, mas necessitam informações contingentes adicionais para serem validadas, ou que simplesmente não podem ser validadas e por isso não passam de meras afirmações metafísicas (no sentido pejorativo do termo metafísica). Mas o que está implícito no próprio ato de argumentar? É a resposta à esta questão que é forneci-

da pela nossa investigação acerca das complexas interconexões entre a a priori da argumentação e a da ação: De um modo bem geral, não se pode negar argumentativamente que a argumentação pressupõe uma ação, e que argumentos, e o conhecimento incorporado a eles, pertencem aos agentes. E, mais especificamente, não é possível negar que o próprio conhecimento é uma categoria de ação; que a estrutura do conhecimento deve ser constrita pela função peculiar que o conhecimento desempenha no âmbito das categorias de ação; e que a existência destes limitantes estruturais nunca pode ser refutada por qualquer tipo de conhecimento.

É neste sentido que deve-se considerar que os insights contidos na praxeologia fornecem os fundamentos da epistemologia. O conhecimento pertence a uma categoria bem diferente daquelas que expliquei anteriormente – das de meios e fins. Tanto os fins que perseguimos com afinco através de nossas ações, quanto os meios que utilizamos para tentar alcançá-los, são valores escassos. Os valores que são atribuídos aos nossos objetivos são condicionados ao consumo, e são exterminados e destruídos no consumo, e, portanto devem ser novamente produzidos *ad infinitum*. E os meios utilizados também devem ser economizados. No entanto, o mesmo não procede em relação ao conhecimento – independente de alguém considerá-lo um meio ou um fim em si mesmo. Logicamente, o uso de meios escassos se faz necessário para se adquirir conhecimento – pelo menos do tempo e do próprio corpo. Porém, assim que o conhecimento é adquirido, ele deixa de ser escasso. Ele não pode ser consumido e os serviços que ele pode prestar como um meio não se exaurem. Uma vez adquirido, ele é um recurso inesgotável e incorpora um valor eterno, contanto que não seja simplesmente esquecido.[55] No entanto, o conhecimento não é um bem livre no mesmo sentido que o ar, em condições normais, é. Ao invés disso, ele é uma categoria de ação. Ele não é apenas um ingrediente mental usado em toda e qualquer ação. Mas o que é mais importante, bem diferente do ar, o conhecimento está sujeito a um processo de verificação, o que significa dizer que ele precisa provar que realiza uma função positiva para um agente dentro das limitações constantes da estrutura categórica das ações. É tarefa da epistemologia esclarecer quais são essas limitações e, desta forma, o que é possível se saber sobre a estrutura do conhecimento como tal.

Mesmo que o reconhecimento das limitações praxeológicas sobre a estrutura do conhecimento não seja por si só instantaneamente

[55] Sobre esta diferença fundamental entre a meios econômicos, i.e., escassos, e conhecimento, veja também Mises, *Ação Humana*, págs. 128,661.

considerado de grande importância, ele sem dúvida possui algumas implicações extremamente importantes. Primeiramente, sob a luz deste insight, uma dificuldade recorrente da filosofia racionalista é superada. Uma crítica comum ao racionalismo da tradição Leibniz-Kant sempre foi a de que ele aparentemente implica em algum tipo de idealismo. Ao entender que as proposições verdadeiras a priori não podem ser derivadas de observações, o racionalismo responde a questão de como o conhecimento a priori pode ser obtido através da adoção do modelo de uma mente ativa, em contraste com o modelo empirista de uma passiva, da mente como um espelho na tradição de Locke e Hume. De acordo com a filosofia racionalista, as proposições verdadeiras a priori estavam fundamentadas na operação dos princípios do pensamento, que não poderiam ser concebidos operando de outra forma; elas estavam baseadas nas categorias de uma mente ativa. Neste momento, como os empiristas faziam questão de mostrar, a crítica óbvia a esta posição é, que se fosse este o caso, não seria possível explicar porque estas categorias mentais deveriam se conformar com a realidade. Além disso, seriamos obrigados a aceitar a absurda suposição idealística de que a realidade teria que ser considerada uma criação da mente, para assim poder afirmar que o conhecimento a priori poderia incorporar alguma informação sobre a estrutura da realidade. E evidentemente, uma declaração como esta parece ser justificada quando nos deparamos com declarações programáticas dos filósofos racionalistas como a seguinte declaração de Kant: "Até o presente momento foi assumido que nosso conhecimento tinha que se conformar com a realidade", ao invés disto deveria ser assumido "que a realidade observável deveria se conformar com nossa mente".[56]

A resposta a esta acusação é fornecida através do reconhecimento do fato de que o conhecimento é limitado estruturalmente pelo seu papel no sistema das categorias de ação. Pois assim que isto é entendido, todas as sugestões idealísticas da filosofia racionalista desaparecem, e no lugar delas uma epistemologia que reivindica que proposições verdadeiras a priori existem, passa a ser uma epistemologia realística. Entendido como sendo limitado por categorias de ação, o abismo aparentemente intransponível entre o mental de um lado e o real, o mundo físico exterior, do outro lado, é superado. Limitado desta forma, o conhecimento a priori deve ser algo tão mental quanto uma reflexão da estrutura da realidade, uma vez que é somente atra-

[56] Immanuel Kant, *Kritik der reinen vernunft*, pág. 25. Se esta interpretação da epistemologia de Kant é na verdade correta ou não, é, logicamente, uma questão bem diferente. No entanto, esclarecer este problema não é a presente preocupação. Para uma interpretação ativista ou construtivista da filosofia de Kant, veja E. Kambartel, *Erfahrung und Struktur*, capítulo 3; também Hoppe, *Handeln und Erkennen* (Bern: Lang, 1976).

vés de ações que a mente entra em contato com a realidade, por assim dizer. O ato de agir é um ajuste guiado cognitivamente de um corpo físico na realidade física. E assim, não pode haver nenhuma dúvida de que o conhecimento a priori, concebido como um insight sobre os limitantes estruturais impostos ao conhecimento *qua* conhecimento dos agentes, deve de fato corresponder a natureza das coisas. O caráter realista deste conhecimento estaria evidente por si só não apenas pelo fato de que ninguém poderia *conceber* que fosse de outra maneira, mas pelo fato de que ninguém poderia *revogar* sua verdade.

Ainda há implicações mais específicas envolvidas no reconhecimento dos fundamentos praxeológicos da epistemologia – além da implicação geral de que ao substituir o modelo da mente de um agente através de meios de um corpo físico pelo modelo tradicional racionalista de uma mente ativa, o conhecimento a priori imediatamente se torna conhecimento realístico (na verdade tão realístico que pode ser entendido ser literalmente impossível de não ser feito). Mais especificamente, sob a luz deste insight, aqueles infelizmente poucos filósofos racionalistas que – contrários ao *Zeitgeist* empirista – teimosamente sustentam em diversas frentes filosóficas que proposições verdadeiras a priori sobre o mundo real são possíveis, ganham um apoio decisivo.[57] Além disso, sob a luz do reconhecimento dos limitantes praxeológicos sobre a estrutura do conhecimento, estes diversos esforços racionalistas passam a ser sistematicamente integrados em um corpo unificado da filosofia racionalista.

Ao se entender explicitamente o conhecimento conforme mostrado na argumentação como uma categoria peculiar de ação, imediatamente fica claro porque a constante alegação racionalista de que as leis da lógica – começando pelas mais fundamentais, i.e., da lógica proposicional e das conjunções lógicas ("e", "ou", "se-então") e quantificadores ("existe", "todos", "alguns") – são proposições verdadeiras a priori sobre a realidade e não meras estipulações verbais relativas as regras de transformação de sinais arbitrariamente escolhidos, como os empiristas-formalistas teriam dito, está de fato correta. Elas são tanto leis do pensamento quanto leis da realidade, porque elas são leis que são

[57] Além dos trabalhos mencionados na nota 46, veja também Brand Blanshard, *The Nature of Thought* (London: Allen and Unwin, 1921); M. Cohen, *Reason and Nature* (New York: Harcourt, Brace, 1931); idem, *Preface to Logic* (New York: Holt, 1944); A. Pap, *Semantics and Necessary Truth* (New Haven: Yale University Press, 1958); S. Kripke, "Naming and Necessity," em D. Davidson and G. Harman, eds., *Semantics of Natural Language* (New York: Reidel, 1972); H. Dingler, *Die Ergreifung des Wirklichen* (Frankfurt/M.: Suhrkamp, 1969); idem, *Aufbau der exakten Fundamentalwissenschaft* (Munich: Eidos, 1964); W Kamlah and P. Lorenzen, *Logische deutik Propädeutik Mannheim*: (Mannheim: Bibliographisches Institut, 1968); P. Lorenzen, *Methodisches Denken* (Frankfurt/M.: Suhrkamp, 1968); idem, *Normative Logic and Ethics* (Mannheim: Bibliographisches Institut, 1969); K. 0. Apel, *Transformation der Philosophie.*

fundamentalmente baseadas nas ações e não poderiam ser revogadas por nenhum agente. Em toda e qualquer ação, um agente identifica algumas situações específicas e as categorias de uma maneira, ao invés de outra, para ser capaz de fazer uma escolha. É isto que em última análise explica até a estrutura das proposições mais elementares (como "Sócrates é um homem") compostas por um nome apropriado ou alguma expressão identificadora para a nomeação ou identificação de algo, e um predicado para afirmar ou negar alguma propriedade específica do objeto nomeado ou identificado; e o que explica os alicerces da lógica: as leis de identidade e contradição. E é esta característica universal da ação e escolha que também explica nosso entendimento das categorias "existe", "todos" e, por implicação, "alguns", assim como "e", "ou", "se-então" e "não".[58] Logicamente, pode-se *dizer* que algo pode ser "A" e "não A" ao mesmo tempo, ou que "e" signifique isto ao invés de alguma outra coisa. Mas não se pode *revogar* a lei da contradição; e não se pode desfazer o significado real de "e". Pois simplesmente em virtude de agir com um corpo físico num espaço físico, invariavelmente confirmamos a lei da contradição e invariavelmente demonstramos nosso conhecimento construtivo verdadeiro do significado de "e" e "ou".

---

[58] Em relação à interpretação racionalista da lógica veja Blanshard, *Reason and Analysis*, capítulos 6, 10; P. Lorenzen, *Einführung in die operative Logik und Mathematik* (Frankfurt/M.: Akademische Verlagsgesellschaft, 1970); K. Lorenz, *Elements der Sprachkritik* (Frankfurt/M.: Suhrkamp, 1970); idem, "Die dialogische Rechtfertigung der effektiven Logik," em: F. Kambartel e J. Mittelstrass, eds., *Zum normativen Fundament der Wissenschaft* (Frankfurt/M.: Athenäum, 1973). Em relação ao caráter de proposição da linguagem e da experiência, em particular, veja W. Kamlah e P. Lorenzen, *Logische Propädeutik*, capítulo 1; P. Lorenzen, *Normative Logic and Ethics*, capítulo 1. Lorenzen diz: "Eu intitulo um uso como uma convenção se eu conheço outro uso que eu possa aceitar no lugar....No entanto, eu não conheço outro comportamento que eu possa colocar no lugar do uso de sentenças elementares. Se eu não aceitasse nomes e predicadores apropriados, eu simplesmente não saberia como me expressar. ... Todo nome apropriado é uma convenção ... porém, usar nomes apropriados não é de forma alguma uma convenção: é um padrão único de comportamento linguístico. Portanto, vou chamá-lo de 'lógico'. O mesmo vale para os predicadores. Todo predicador é uma convenção. Isto é comprovado pela existência de mais de uma língua natural. Mas todas as línguas usam predicadores." (ibid., pág. 16). Veja também J. Mittelstrass, "Die Wiederkehr des Gleichen," *Ratio* (1966). Em relação à lei da identidade e da contradição, em particular, veja B. Blanshard, *Reason and Analysis*, págs. 276ff, 423ff.

Sobre uma avaliação crítica da lógica de 3 ou mais valores como formalismos simbólicos sem significado ou como pressupondo logicamente um entendimento da lógica bivalente tradicional veja W. Stegmüler, *Hauptströmungen der Gegenwartsphilosophie* vol. 2 (Stuttgart: Kröner, 1975), págs. 182-91; B. Blanshard, *Reason and Analysis*, págs. 269-75. Com relação, por exemplo, a lógica de vários valores, proposta por F. Waismann, Blanshard aponta: "Podemos apenas concordar com o Doutor Waismann—e com Hegel—que as distinções preto-e-branco da lógica formal são um tanto quanto inadequadas para o pensamento vivo. Porém, porque deveríamos ser como o doutor Waismann, e dizer que ao adotarmos uma lógica mais diferenciada estaríamos adotando um sistema alternativo que seria incompatível com a lógica preto-e-branco? O que ele realmente fez foi reconhecer uma série de classificações dentro do velho significado da palavra "não". Não temos dúvida de que estas classificações existem, e na verdade, até muitas outras que ele poderia distinguir. Mas um refinamento da antiga lógica não significa abandoná-la. Continua sendo verdade que a cor que eu vi ontem era uma determinada matiz de amarelo ou não, mesmo que o 'não' possa abranger uma multitude de aproximações, e mesmo que eu jamais possa vir a saber qual era a matiz que eu vi". (ibid., págs. 273-74).

Semelhantemente, a razão fundamental pela qual a aritmética é uma disciplina a priori e ainda empírica, como os racionalistas sempre a conceberam, agora também se torna discernível. A ortodoxia empirista-formalista prevalecente considera a aritmética a manipulação de símbolos definidos arbitrariamente de acordo com regras de transformação estipuladas arbitrariamente, e, portanto, completamente destituída de qualquer significado empírico. Para esta visão, que evidentemente considera a aritmética uma grande brincadeira, por mais apurada que ela possa ser, a aplicabilidade bem sucedida da aritmética na física é um constrangimento intelectual. Na verdade, os empiristas-formalistas teriam que dizer simplesmente que este fato é um milagre. No entanto, fica claro que isto não é um milagre assim que o caráter praxeológico ou – usando a terminologia do filósofo-matemático racionalista mais notável, Paul Lorenzen e sua escola – o caráter operativo ou construtivista da aritmética é compreendido. A aritmética e sua qualidade de disciplina intelectual sintética-a priori baseia-se em nosso entendimento da repetição, da repetição da ação. Mais precisamente, ela depende de nosso entendimento do significado de "faça isso – e faça isso de novo, a partir do resultado atual". E, portanto a aritmética lida com coisas reais: com unidades construídas ou construtivamente identificadas de alguma coisa. Ela demonstra quais relações são válidas entre estas unidades devido ao fato de que elas são construídas de acordo com a regra da repetição. Como Paul Lorenzen demonstrou em detalhes, hoje em dia nem tudo que é apresentado como sendo matemática pode ser construtivamente fundamentado – e estas partes deveriam então logicamente ser reconhecidas pelo que elas são: jogos simbólicos epistemologicamente inúteis. Mas todas as ferramentas matemáticas que são atualmente utilizadas pela física, i.e., as ferramentas da análise clássica, podem ser deduzidas construtivamente. Não se tratam de simbolismos empiricamente vazios, e sim proposições verdadeiras sobre a realidade. Se aplicam a todas as coisas, contanto que consistam de uma ou mais unidades distintas, e contanto que essas unidades sejam construídas ou identificadas como unidades através de um processo de "faça isso de novo, construa ou identifique outra unidade repetindo a operação anterior"[59] Novamente, pode-se dizer, logicamente, que 2 mais 2 de

---

[59] Sobre a interpretação racionalista da aritmética veja Blanshard, *Reason and Analysis*, págs. 427-31; sobre a fundamentação construtivista da aritmética, em particular, veja Lorenzen, *Einführung in die operative Logik and Mathematik*; idem, *Methodisches Denken*, capítulo 6, 7; idem, *Normative Logic and Ethics*, capítulo 4; sobre a fundamentação construtivista da análise clássica veja P. Lorenzen, *Differential und Integral. Eine konstruktive Einführung in die klassische Analysis* (Frankfurt/M.: Akademische Verlagsgesellschaft, 1965); para uma brilhante crítica geral do formalismo matemático veja Kambartel, *Erfahrung und Struktur,* capítulo 6, esp. págs. 236-42; sobre a irrelevância do famoso teorema de Gödel por uma aritmética fundamentada construtivamente veja P. Lorenzen, *Metamathematik* (Mannheim: Bibliographisches Institut, 1962); também Ch. Thiel, "Das Begründungsproblem der Mathematik und die Philosophie," em F. Kambartel and J. Mittelstrass, eds., *Zum normativen Fundament der Wissenschaft,* esp. págs. 99-101. A prova de K.

vez em quando é 4, mas algumas vezes é 2 ou 5 unidades, e na realidade observável, para leões mais cabritos ou para coelhos, isso até pode ser verdade,[60] porém na realidade da ação, ao identificar e construir estas unidades em operações repetitivas, o fato de que 2 mais 2 não pode ser nada além de 4 não poderia ser refutado jamais.

Além disso, a antiga alegação racionalista de que a geometria, ou melhor, a geometria Euclidiana é a priori e ainda incorpora conhecimento empírico sobre o espaço, também ganha suporte, como resultado de nosso insight sobre os limitantes praxeológicos do conhecimento. Desde a descoberta das geometrias não euclidianas e particularmente desde a teoria relativista da gravidade de Einstein, a postura prevalecente referente a geometria é novamente empirista e formalista. Ela considera a geometria ou como parte da física a posteriori empírica, ou como formalismos empiricamente sem significado. Todavia, considerar a geometria um mero jogo, ou que ela esteja eternamente sujeita a ser testada empiricamente, parece ser irreconciliável com o fato de que a geometria Euclidiana é a base da engenharia e da construção, e que ninguém nestas áreas nem remotamente considere que estas proposições sejam apenas hipoteticamente verdadeiras.[61] Reconhecer que o conhecimento é limitado praxeologicamente explica porque a visão empirista-formalista é incorreta e porque o sucesso empírico da geometria Euclidiana não é um mero acidente do acaso. O conhecimento espacial também está incluído no significado de ação. Ação é o uso de um corpo físico no espaço. Sem ação não poderia existir nenhum conhecimento de relações espaciais, e nenhuma mensuração. Mensuração é relacionar algo a uma escala. Sem escalas, não existe nenhuma mensuração; logo não existe mensuração que poderia refutar a escala. Evidentemente, a escala suprema deve ser fornecida pelas normas que fundamentam a construção de movimentos corporais no espaço e a construção de instrumentos de mensuração por meio do corpo de alguém de acordo com os princípios de construções espaciais incorporadas a ela. Novamente,

---

Gödel—que, como uma prova, por acaso dá suporte ao invés de questionar a reivindicação racionalista sobre a possibilidade do conhecimento a priori—apenas demonstra que o primeiro programa formalista Hilbert não poderia ser levado adiante, porque para demonstrar a consistência de algumas teorias axiomáticas seria preciso possuir uma meta-teoria com meios ainda mais consistentes do que os formalizados na própria teoria-objetiva. Curiosamente, as dificuldades do programa formalista levaram o antigo Hilbert, muitos anos antes da prova de Gödel de 1931, a reconhecer a necessidade de se reintroduzir uma interpretação substantiva da matemática à La Kant, o que daria a estes axiomas uma fundamentação e justificação que era totalmente independente de qualquer prova de consistência formal. Veja Kambartel, *Erfahrung und Struktur*, págs. 185-87.

[60] Exemplos deste tipo são usados por Karl Popper para "refutar" a ideia racionalista de que regras de aritmética são leis da realidade. Veja Karl Popper, *Conjectures and Refutation* (London: Routledge and Kegan Paul, 1969), PÁG. 211.

[61] Sobre isto veja também Mises, *The Ultimate Foundation of Economic Science*, págs. 12-14.

como Paul Lorenzen particularmente explicou, não é nada mais nada menos do que a reconstrução das normas ideais que fundamentam nossa construção destas formas básicas homogêneas como pontos, linhas, planos e distâncias, que estão de uma maneira mais ou menos perfeita, porém sempre aperfeiçoável, incorporadas ou concretizadas até mesmo em nossos instrumentos de mensuração espacial mais primitivos, como a régua. Naturalmente, estas implicações normativas e normas não podem ser refutadas pelo resultado de nenhuma mensuração empírica. Pelo contrário, suas validades cognitivas são confirmadas pelo fato de que são elas que tornam mensurações físicas possíveis. Qualquer mensuração real deve pressupor de antemão a validade das normas que orientam a construção das escalas de mensuração. É neste sentido que a geometria é uma ciência a priori; e que simultaneamente ela deva ser considerada uma disciplina empiricamente significativa, porque ela não só é a própria pré-condição para toda descrição empírica espacial, ela é também a pré-condição para toda orientação ativa no espaço.[62]

Em vista do reconhecimento do caráter praxeológico do conhecimento, estes insights relativos a natureza da lógica, a aritmética e a geometria ficam integradas e incorporadas em um sistema de dualismo epistemológico.[63] A justificação definitiva desta posição dualista, i.e., a reivindicação de que existem dois campos de pesquisa intelectual que a priori podem ser entendidos como dois campos que exigem métodos de tratamento e análise categoricamente distintos, também se apoia na natureza praxeológica do conhecimento. Isto explica porque devemos fazer a distinção entre um campo de objetos que é categorizado de uma maneira causal e um campo que, em vez disso, é categorizado teleologicamente.

---

[62] Sobre o caráter apriorístico da geometria Euclidiana veja Lorenzen, *Methodisches Denhen*, capítulos 8 e 9; idem, *Normative Logic and Ethics*, capítulo 5; H. Dingler, *Die Grundlagen der Geometrie* (Stuttgart: Enke, 1933); sobre a geometria Euclidiana como uma pressuposição necessária ao objetivo, i.e., comunicável intersubjetivamente, medições e em particular de qualquer verificação empírica de geometrias não euclidianas (afinal, as lentes do telescópio que é usado para confirmar a teoria de Einstein relativa a estrutura não euclidiana do espaço físico devem ser construídas de acordo com os princípios Euclidianos) veja Karnbartel, *Erfahrung und Struktur*, págs. 132-33; P. Janich, Die Protophysik der Zeit (Mannheim: Bibliographisches Institut, 1969), págs. 45-50; idem, "Eindeutigkeit, Konsistenz und methodische Ordnung," in F. Karnbartel and J. Mittelstrass, eds., Zum normativen Fundament der Wissenschaft.
Seguindo a orientação de Hugo Dingler, Paul Lorenzen e outros membros da então chamada escola Erlangen desenvolveram um sistema de proto-física, que contém todas as pressuposições apriorísticas da física empírica, incluindo, além da geometria, também a cronometria e a hitometria (i.e., a mecânica clássica sem gravitação, ou a mecânica "racional"). "A geometria, a cronometria e a hitometria são teorias a priori que tornam 'possíveis' medicações empíricas do espaço, do tempo e da matéria. Elas têm de ser estabelecidas antes que se possa iniciar a física, no sentido moderno dos campos de forças. Portanto, eu deveria apreciar a oportunidade de me referir a estas disciplinas por um nome comum: proto-física." Lorenzen, *Normative Logic and Ethics,* pág. 60.

[63] À respeito da natureza fundamental do dualismo epistemológico veja também Mises, *Theory and History*, págs. 1-2.

Ao longo de minha argumentação sobre a praxeologia eu já indiquei resumidamente que a *causalidade* é uma categoria da ação. A ideia de causalidade, de que existem causas eficientes intemporais, constantes que permitem que alguém projete observações passadas relativas a relação de eventos no futuro, é uma coisa que (conforme observa o empirismo a partir de Hume) não possui nenhuma base de observação. Uma pessoa não pode observar o elo de ligação entre observações. Mesmo se alguém pudesse, esta observação não provaria ser uma conexão intemporal. Ao invés disto, o princípio de causalidade deve ser entendido como implícito em nosso entendimento de ação enquanto uma interferência com o mundo observável, levada a cabo com a intenção de alterar o curso "natural" dos eventos a fim de produzir um estado de coisas diferente e preferível, i.e., de fazer com que aconteçam coisas que não aconteceriam de outra forma, e assim pressupõe a noção de eventos que são relacionados entre si através de causas eficientes intemporais. Um agente pode cometer erros relativos às suas suposições particulares sobre qual interferência prévia tenha produzido qual resultado posterior. Porém, bem sucedida ou não, toda ação, alterada ou inalterada devido a seu sucesso ou insucesso anterior, pressupõe que existem eventos constantemente conectados *como tais*, mesmo que nenhuma causa em particular para qualquer evento específico possa ser previamente conhecida por algum agente. Sem esta suposição seria impossível categorizar duas ou mais experiências observáveis que se refutassem ou se confirmassem ao invés de interpretá-las como eventos logicamente incomensuráveis. Apenas porque já se assume a existência de causas eficientes intemporais como tais que é possível encontrar ocorrências particulares de confirmação ou refutação de evidências observáveis, ou que é possível existir um agente capaz de aprender alguma coisa a partir de experiências passadas ao classificar suas ações como bem sucedidas e confirmando algum conhecimento anterior, ou mal sucedidas e refutando-o. É simplesmente através do ato de agir e de fazer distinção entre sucessos e fracassos que a validade a priori do princípio da causalidade é estabelecida; mesmo se tentassem, ninguém conseguiria refutar sua validade.[64]

[64] Sobre o caráter apriorístico da categoria da causalidade veja Mises, *Human Action* , capítulo 1; Hoppe, *Kritik der kausalwissenschaftlichen Sozialforschung* idem, "Is Research Based on Causal Scientic Principles Possible in the Social Sciences?"; sobre o princípio da causalidade ser uma pressuposição necessária em particular também do princípio da indeterminação da física quântica e o erro fundamental envolvido na interpretação do princípio Heisenberg como invalidando o princípio da causalidade veja Kambartel, Erfahrung und Struktur, págs. 138-40; também Hoppe, "In Defense of Extreme Rationalism," [em .PDF] *Review of Austrian Economics* 3 (1988) nota 36. Na verdade, é exatamente o fato praxeológico indiscutível que separa atos de medição só pode ser executado sequencialmente o que explica a própria possibilidade de previsões irredutivelmente probabilísticas—ao invés de determinísticas—como são características da física quântica; e no entanto, para realizar qualquer experimento no campo da mecânica quântica, e em particular para repetir dois ou mais experimentos e afirmar que seja assim, a validade do princípio da causalidade já deve evidentemente estar pressuposto.

Entendendo a causalidade desta forma, como uma pressuposição necessária a ação, também fica imediatamente implícito que seu campo de aplicabilidade deve ser delimitado a priori ao da categoria da teleologia. Na verdade, as duas categorias são estritamente exclusivas e complementares. Uma ação pressupõe uma realidade observável causalmente estruturada, porém a realidade da ação, a qual podemos entender que não requer esta estrutura, não é estruturada causalmente. Ao invés disso, é uma realidade que deve ser categorizada teleologicamente, como comportamento significativo direcionado para um propósito. Na verdade, a ideia de que existem duas áreas de fenômenos categoricamente diferentes não pode ser revogada e nem negada, uma vez que estas tentativas teriam que pressupor eventos relacionados causalmente enquanto ações que ocorrem dentro da realidade observável, bem como a existência de fenômenos relacionados intencionalmente, ao invés de causalmente, a fim de interpretar estes eventos observáveis com o propósito deles refutarem algo. Nem um monismo causal e nem um teleológico poderiam ser justificados sem incorrer em uma clara contradição: expressar fisicamente qualquer uma das posições, e reivindicar estar dizendo algo significativo ao fazê-lo, na verdade já fica justificada uma complementaridade indiscutível de ambas, um campo de fenômenos causais *e* teleológicos.[65]

Tudo aquilo que não é uma ação deve ser necessariamente categorizado causalmente. Não se pode saber nada a priori sobre este campo de fenômenos, exceto que ele é estruturado causalmente – e que ele é estruturado de acordo com as categorias da lógica de proposições, da aritmética e da geometria.[66] Tudo o mais que se pode saber sobre o campo dos fenômenos deve ser derivado a partir de observações contingentes e assim representam conhecimento a posteriori. Particularmente, todo conhecimento relativo a dois ou mais eventos observáveis específicos, sendo causalmente relacionados ou não, é um conhecimento a posteriori. Obviamente, o campo dos fenômenos descrito desta maneira coincide (mais ou menos) com o que é comumente considerado ser o campo das ciências naturais empíricas.

Em contrapartida, tudo que é uma ação deve ser categorizado teleologicamente. Este campo de fenômenos é limitado pelas leis da

[65] Sobre a complementaridade necessária das categorias da causalidade e da teleologia veja Mises, *Human Action* , pág. 25; idem, *The Ultimate Foundation of Economic Science*, págs. 6-8; Hoppe, *Kritik der kausalwissenschaftlichen Sozialforschung* idem, "Is Research Based on Causal Scientific Principi Social Sciences?"; também G. v. Wright, *Norm and Action* (London: Routledge e Kegan Paul, 1963); idem, *Explanation and Understanding* (Ithaca, N.Y.: Cornell University Press, 1971); K. 0. Apel, *Die Erklären: Verstehen Kontroverse in transzendental-pragmatischcr Sicht*;(Frankfurt/M.: Suhrkamp, 1979).

[66] Ainda mais especificamente: ele é estruturado de acordo com as categorias da lógica, da aritmética e da proto-física (incluindo a geometria). Veja a nota 62 acima.

lógica e também da aritmética. Porém não é limitado pelas leis da geometria enquanto incorporadas em nossos instrumentos de medição da extensão espacial de objetos, porque não existem ações à parte de interpretações subjetivas de coisas observáveis; portanto elas devem ser identificadas pelo entendimento refletivo ao invés de por mensurações espaciais. E as ações também não são eventos conectados causalmente, mas eventos que são conectados significativamente dentro de uma estrutura categórica de meios e fins.

Não é possível saber a priori quais são ou serão os valores, escolhas e custos *específicos* de um agente. Isto iria cair totalmente na alçada do conhecimento empírico a posteriori. Na verdade, que ação específica um agente irá empreender iria depender de seu conhecimento relativo à realidade observável e/ou à realidade das ações de outros agentes. E seria notoriamente impossível conceber estas classes de conhecimento como possíveis de serem previstos baseando-se em causas eficientes intemporais. Um agente pensante não pode prever qual será seu conhecimento futuro antes que ele tenha realmente adquirido este conhecimento, e ele demonstra, ao simplesmente fazer distinção entre as previsões bem e mal sucedidas, que ele deve se considerar capaz de aprender com experiências desconhecidas de maneiras até então desconhecidas. Portanto, o conhecimento relativo ao curso específico de ações é exclusivamente a posteriori. E uma vez que este conhecimento teria que incluir o conhecimento do próprio agente – como um componente necessário a toda ação da qual toda mudança pode influenciar uma ação específica sendo escolhida – o conhecimento teleológico também deve necessariamente ser reconstrutivo, ou conhecimento histórico. Ele forneceria apenas explicações ex-post que não teriam nenhuma influência sistemática na previsão de ações futuras, porque, em princípio, estados futuros de conhecimento jamais poderiam ser previstos tendo por base causas empíricas eficientes constantes. Obviamente, esta descrição de um ramo da ciência da ação a posteriori e reconstrutiva se conforma com a descrição usual de disciplinas como a história e a sociologia.[67]

O que *sabemos* que é verdadeiro a priori relativo ao campo da ação, e o que teria então que restringir qualquer explicação histórica ou sociológica é isto: Em primeiro lugar, qualquer destas explicações, que teriam essencialmente que reconstruir o conhecimento de um agente, teria que ser invariavelmente uma reconstrução em termos de conhecimento de fins e meios, de escolhas e custos, de lucros e prejuízos e assim por diante. E em segundo, já que é evidente

[67] Sobre a lógica da história e da sociologia serem disciplinas reconstrutivas veja também os trabalhos de Mises mencionados no começo deste capítulo. Hoppe, *Kritik der kausalwissenschaftlichen Sozialforschung*, capítulo 2.

que estas são categorias da praxeologia como concebida por Mises, todas estas explicações também devem ser restringidas pelas leis da praxeologia. E uma vez que estas leis são, conforme expliquei, leis a priori, elas também devem operar como limitantes lógicos sobre todo futuro curso de ação. Elas são válidas, independentemente de qualquer estado de conhecimento que um agente possa ter adquirido, simplesmente devido ao fato de que qualquer que seja este estado, ele deve ser descrito em termos de categorias de ação. E como se referem a ações como tais, as leis da praxeologia devem ser então da mesma duração que todo conhecimento preditivo que possa existir no campo da ciência da ação. Na verdade, ignorando por um momento que o status de ciência a priori da geometria foi fundamentalmente baseado em nosso entendimento da ação e na medida que a praxeologia teria que ser considerada a disciplina cognitiva mais fundamental, o papel peculiar da praxeologia adequado dentro do sistema completo da epistemologia pode ser entendido como algo análogo ao da geometria. A praxeologia é para o campo de ação o que a geometria Euclidiana é para o campo das observações (não ações). Do mesmo modo que a geometria incorporada em nossos instrumentos de medição limitam a estrutura espacial da realidade observável, a praxeologia limita a gama das coisas que podem ser experimentadas no campo das ações.[68]

[68] Sobre a distinção categórica da teoria e da história e da sociologia praxeológicas e os limitantes lógicos que a praxeologia impõe nas pesquisas históricas e sociológicas, bem como nas previsões sociais e econômicas veja Mises, *Human Action* , págs. 51-59,117-18; Hoppe, “In Defense of Extreme Rationalism,” [em .PDF] *Review of Ausele trian Economic*s 3 (1988).

Capítulo 6

A Praxeologia e os Fundamentos Praxeológicos da Epistemologia

IV

Estabelecendo assim o lugar apropriado da praxeologia, eu fecho o círculo da descrição do sistema da filosofia racionalista sendo fundamentalmente baseada no axioma da ação. Meu objetivo aqui foi o de reafirmar a reivindicação de Mises de que a ciência econômica é praxeologia; que os argumentos a favor da praxeologia são incontestáveis; e que as interpretações empiristas ou historicistas-hermenêuticas da ciência econômica são doutrinas autocontraditórias. E foi meu objetivo demonstrar que o insight misesiano sobre a natureza da praxeologia fornece também a própria fundação sob a qual a filosofia racionalista tradicional pode ser reconstruída e sistematicamente integrada.

O filósofo racionalista pensaria que isto implica que ele deveria levar em consideração a praxeologia. Pois é exatamente o insight sobre os limitantes praxeológicos da estrutura do conhecimento que fornece o elo que faltava na sua defesa intelectual contra o ceticismo e o relativismo. Eu afirmo que para o economista da tradição misesiana isto significa que ele deveria reconhecer de forma explícita seu lugar ao lado da vasta tradição do racionalismo ocidental; e que ele deveria aprender a incorporar os insights fornecidos por esta tradição para elaborar um argumento ainda mais impressionante e profundo a favor da praxeologia e da economia austríaca do que o elaborado pelo próprio Mises.

Leituras Recomendadas

BLOCK, Walter. "On Robert Nozick's 'On Austrian Methodology'." *Inquiry* 23 (1980).

HOLLIS, Martin, and Edward Nell. *Rational Economic Man: A Philosophical Critique of Neo-Classical Economics.* Cambridge: Cambridge University Press, 1975.

HOPPE, Hans-Hermann. *Kritik der kausalwissenschaftlichen Sozialforschung. Unterschungen zur Grundlegung von Soziologie und Ökonomie.* Opladen: Westdeutscher Verlag, 1983.

-. "Is Research Based on Causal Scientific Principles Possible in the Social Sciences?" *Ratio* 25, no. 1 (1983).

-. "In Defense of Extreme Rationalism." *Review of Austrian Economics* 3 (1988).

-. *A Theory of Socialism and Capitalism.* Kluwer Academic Publishers, 1989.

-. "On Praxeology and the Praxeological Foundations of Epistemology and Ethics." In Llewellyn H. Rockwell, Jr., ed., *The Meaning of Ludwig von Mises.* Auburn, Ala.: Ludwig von Mises Institute, 1989.

-. *The Economics and Ethics of Private Property.* Kluwer Academic Publishers, 1993.

KIRZNER, Israel M. *The Economic Point of View.* Kansas City; Kans.: Sheed and Ward, 1976.

LAVOIE, Don. "From Hollis and Nell to Hollis and Mises." *Journal of Libertarian Studies,* I, no. 4 (1977).

MISES, Ludwig von. *Epistemological Problems of Economics.* New York: New York University Press, 1981.

-. *Human Action: A Treatise on Economics.* Chicago: Henry Regnery; 1966; Part 1.

-. *Theory and History.* Washington, D.C.: Ludwig von Mises Institute, [1969] 1985.

-. *The Ultimate Foundation of Economic Science.* Kansas City, Kans.: Sheed Andrews and McMeel, 1978.

RIZZO, Mario. “Praxeology and Econometrics: A Critique of Positivist Economics.” In Louis M. Spadaro, ed., *New Directions in Austrian Economics.* Kansas City, Kans.: Sheed Andrews and McMeel, 1978.

ROBBINS, Lionel. *The Nature and Significance of Economic Science.* New York: New York University Press, 1984.

ROTHBARD, Murray N. “Praxeology: Reply to Mr. Schuller.” *American Economic Review,* December 1951.

-. “In Defense of Extreme Apriorism.” *Southern Economic* Journa123, no. 3 (January 1957).

-. *Man, Economy and State.* 2 Vols. Los Angeles: Nash 1970 [1962]; Chapter 1.

-. “Praxeology: The Methodology of Austrian Economics.” In Edwin Dolan, cd., *The Foundations of Modern Austrian Economics.* Kansas City Kans.: Sheed and Ward, 1976.

-. *Individualism and the Philosophy of the Social Sciences.* San Francisco: Cato Institute, 1979.

SELGIN, George. “Praxeology and Understanding: An Analysis of the Controversy in Austrian Economics.” *Review of Austrian Economics* 2 (1987).

STRIGL, Richard von. *Die ökonomischen Kategorien und die Organisation der Wirtschaft.* Jena: Gustav

Indice Remissivo